



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO / UNIDADE DOIS IRMÃOS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA**

Fevereiro, 2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO / UNIDADE DOIS IRMÃOS**

Marcelo Brito Carneiro Leão
Reitor

Gabriel Rivas de Melo
Vice-Reitor

Pró-Reitorias

Mozart Alexandre Melo de Oliveira
Pró-Reitor de Administração

Moisés de Melo Santana
Pró-reitor de Extensão, Cultura e Cidadania

Maria do Socorro de Lima Oliveira
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maria Madalena Pessoa Guerra
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Carolina Guimarães Raposo
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Severino Mendes de Azevedo Júnior
Pró-Reitor de Gestão Estudantil e Inclusão



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO / UNIDADE DOIS IRMÃOS**

Coordenação do Curso de Bacharelado em Agroecologia - 2021-2023

Joanna Lessa Fontes Silva

Docente do Departamento de Educação

Maria Virginia de Almeida Aguiar

Docente do Departamento de Educação

Daniela Ferreira dos Santos

Técnica-administrativa do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas

Núcleo Docente Estruturante - 2020-2022

Joanna Lessa Fontes Silva

Docente do Departamento de Educação

Ângelo Giuseppe Chaves Alves

Docente do Departamento de Biologia

Flávia Mendes de Andrade e Peres

Docente do Departamento de Educação

Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos

Docente do Departamento de Educação

José Nunes da Silva

Docente do Departamento de Educação

Mônica Maria Lins Santiago

Docente do Departamento de Educação

Marcos Antônio Bezerra de Figueiredo

Docente do Departamento de Educação

Maria Virginia de Almeida Aguiar

Docente do Departamento de Educação

Colegiado de Coordenação Didática - CCD - 2020-2022

Joanna Lessa Fontes Silva (Coordenadora)

Docentes do Departamento de Educação

Filipe Lima Silva - Titular
José Marcelo Marques Ferreira Filho - Suplente
Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos - Titular
Irenilda de Souza Lima - Suplente
Flavia Mendes de Andrade e Peres - Titular
Mônica Maria Lins Santiago - Suplente
Walter Santos Evangelista Júnior - Titular

Departamento de Agronomia

Caroline Miranda Biondi - Titular
Gisele Gomes Monteiro Facetto - Suplente

Departamento de Biologia

Ângelo Giuseppe Chaves - Titular
Ednilza Maranhão dos Santos - Suplente

Departamento de Ciência Florestal

Simone Mirtes Araújo Duarte - Titular
Tarcío Viana de Lima - Suplente

Departamento de Ciências Sociais

Laécia Medeiros Jalil - Titular
João Morais de Sousa - Suplente

Departamento de Engenharia Agrícola

Marianne de Lima Barboza - Titular
Gerônimo Ferreira da Silva - Suplente

Departamento de Medicina Veterinária

Ana Paula Monteiro Tenório - Titular
Roseana Diniz de Moura - Suplente

Departamento de Química

Marcílio Martins de Moraes

Conselho Consultivo

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

José Plácido da Silva Júnior - Titular
João Paulo do Vale de Medeiros – Suplente

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE)

Antenor Martins de Lima Filho - Titular
Natalia Vaz da Silva Sposito - Suplente

Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)

Cátia Maria Tenório de Lira - Titular
Milze Silva da Luz – Suplente

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá

Aniérica Almeida dos Santos - Titular
Carlos Magno Medeiros de Moraes Recife - Suplente

Equipe Técnica da Proreitoria de Ensino

Tália de Azevedo Souto Santos
Poliana Cavalcante de Souza
Apoio Técnico Pedagógico

Gláucia Mota da Silva Ferreira
Coordenadora de Ações Pedagógicas e Regulação - CAPR/PREG

Camila da Conceição Papa Pessoa da Silva
Coordenadora de Planejamento e Gestão Acadêmica - CPAG/PREG

Danielli Matias de Macedo Dantas
Coordenadora Geral dos Curso de Graduação - CGCG/PREG

Rosaline Conceição Paixão
Coordenadora Geral de Estágios - CGE/PREG

SUMÁRIO

	Pg.
1. DADOS GERAIS	9
2. APRESENTAÇÃO	10
3. BASE LEGAL DO CURSO	13
4. HISTÓRICO DA UFRPE	16
4.1 HISTÓRICO DO CURSO	19
5. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	24
6. OBJETIVOS	29
6.1 OBJETIVO GERAL	29
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
7. PERFIL PROFISSIONAL	30
7.1 PERFIL DO INGRESSO	30
7.2 PERFIL DO EGRESSO	31
8. VALORES, COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES	32
9. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	35
10. REQUISITOS DE INGRESSO	36
10.1 INGRESSO EXTRA	39
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	41
11.1. ESTRUTURA DO CURSO	46
12. METODOLOGIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM	51
12.1 GRUPOS DE AUTOGESTÃO	59
12.2 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA	61
12.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO- APRENDIZAGEM	62
13. ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	62
14. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)	65
15. MATRIZ CURRICULAR	68
15.1 SÍNTESE DOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	69
15.2 SÍNTESE DOS COMPONENTES OPTATIVOS	70
15.3 SÍNTESE DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	70
16. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA TRAJETÓRIA CURRICULAR	71
17. EMENTA DOS COMPONENTES CURRICULARES (EIXOS)	72

18. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	106
19. INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA DA UFRPE	107
20. FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DO CURSO	109
20.1. ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO	109
20.2. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	110
20.3. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD)	110
20.4. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO	111
21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	111
22. ACESSIBILIDADE	115
22.1. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	117
22.2. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	118
23. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)	119
24. APOIO AO DISCENTE	120
25. INFRAESTRUTURA DO CURSO	123
26. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

LISTA DE QUADROS

	Pg.
Quadro 1 - Base legal geral do curso de Bacharelado em Agroecologia	13
Quadro 2 - Base legal da UFRPE que fundamenta o curso de Bacharelado em Agroecologia	15
Quadro 3 - Distribuição da carga horária total por conteúdo de formação	44
Quadro 4 – Organização curricular do Bacharelado Agroecologia da UFRPE	45
Quadro 5 - Funcionamento do curso de Agroecologia da UFRPE	46
Quadro 6 - Modelo de funcionamento do semestre	48
Quadro 7 - Modelo de funcionamento do semestre com Acompanhamento	50
Quadro 8 - Modelo de funcionamento semanal	51
Quadro 9 - Matriz Curricular do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE	68
Quadro 10 - Síntese dos Componentes Obrigatórios	69
Quadro 11 - Síntese dos Componentes Optativos	70
Quadro 12 - Síntese da Carga Horária do Curso	71
Quadro 13 - Detalhamento dos recursos de infraestrutura do curso	124

1. DADOS GERAIS

AGROECOLOGIA	
Modalidade	Presencial
Denominação do Curso	Bacharelado em Agroecologia
Habilitação	Bacharelado
Local de oferta	Rua Manoel de Medeiros, S/N - Dois Irmãos, Recife - PE, 52.171-900
Turno(s) de funcionamento	Integral
Nº de vagas	40 vagas
Periodicidade de oferta	Anual
Carga horária mínima	4.140
Período Mínimo de Integralização Curricular	4 anos
Período Máximo de Integralização Curricular	7,5 anos
Ato Regulatório do curso	Resolução de criação do curso 29/2019 de 11.02.2019
Mantida:	Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos. Recife-PE
Corpo Dirigente do Departamento:	Nome: Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim Cargo: Diretora do Departamento de Educação Telefone do Departamento: 3320-6580 E-mail: diretoria.ded@ufrpe.br

2. APRESENTAÇÃO

A Educação Superior passa por um processo de expansão crescente desde meados do século XX, com ampliação do número de estudantes e instituições, situando este nível de ensino como estratégico para o desenvolvimento social e econômico. Com isso, uma demanda cada vez maior de acesso, tem gerado a necessidade de reconfiguração dos padrões e formatos de cursos e formas de entrada.

No Brasil, essa ampliação se concentra no início do século XXI, com um forte crescimento da taxa bruta de matrícula¹, como apontam os dados do Observatório do Plano Nacional de Educação² (em 2001, 16,5%; em 2010, 34,6%), com a meta de atingir até 2024 um percentual de 50%. Esses dados expressam um conjunto de mudanças no cenário da Educação Superior nos últimos anos, desde um crescimento vertiginoso do número de instituições e cursos privados, até um grande investimento na expansão das universidades federais (a exemplo da UFRPE, que nos últimos quinze anos ampliou de 1 para 5 *campi*) e nas ações afirmativas para redução dos níveis de desigualdade social.

De um lado, esse aumento nos conduz a pensar numa democratização do Ensino Superior, com a universalização do seu acesso. De outro, o foco dessa ampliação apenas na oferta mantém grandes níveis de desigualdade social, muitas vezes não garantindo a qualidade necessária dentro dos cursos, situando-se num limite tênue entre a democratização e a massificação, mantendo grande parte da população ainda à margem de uma educação de qualidade. Esse cenário se agrava quando consideramos a área rural. Ainda que nos últimos anos o processo de interiorização das universidades e institutos tenha ampliado significativamente o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior, há ainda muitas dificuldades tanto do ponto de vista dos mecanismos de divulgação e acesso que muitas das vezes não chegam às agricultoras e agricultores familiares, quanto pelas estruturas físicas, burocráticas, didáticas e pedagógicas organizadas em dinâmicas que não contemplam as realidades locais.

Assim, para as Universidades, os desafios são ainda maiores, tendo em vista seu compromisso na relação com a sociedade, que podemos ver expresso no princípio da

¹ Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos.

² <http://www.observatoriodopne.org.br>

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207, da Constituição Federal). De um lado, a necessidade de qualificar sua gestão para lidar com as demandas colocadas por uma sociedade em permanente mudança, de outro, sua autonomia didático-científica para resistir às pressões de um mercado demandante de mão de obra qualificada, muitas vezes alheio a demandas sociais.

Neste cenário, a criação de um curso de graduação numa Universidade Pública, apresenta-se com a missão de garantir o acesso amplo e concreto “aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 4, cap.V, da LDB; Art.208, inciso 5º, da Constituição Federal), como dever do Estado na educação escolar pública. Além disso, promover uma formação qualificada em permanente diálogo com os desafios colocados pela contemporaneidade para a construção do conhecimento, assim como o ingresso e permanência no mundo do trabalho.

Assim sendo, a formação para o exercício profissional, como um dos papéis mais importantes da universidade, necessita quebrar padrões rígidos e burocráticos, desenvolvendo metodologias e garantindo estruturas que possibilitem formar profissionais criativos, críticos e reflexivos, aptos para a participação no desenvolvimento da sociedade a partir da atuação no mundo do trabalho.

Diante disso, a UFRPE se desafiou a criar um curso inovador: o Bacharelado em Agroecologia que se propõe formar profissionais a partir de uma abordagem holística e sistêmica, que seja capaz de atuar para superação dos problemas colocados hoje pela grave crise ambiental, social, econômica, política e ética. Para isso, inspirou-se nos bacharelados interdisciplinares, com a perspectiva de superar a especialização disciplinar que terminou por estabelecer uma visão reducionista da natureza, das relações sociais e da própria educação.

O Curso de Bacharelado em Agroecologia tem como objetivo a formação de bacharéis-educadores em Agroecologia, para atuar junto à agricultura familiar e camponesa, a partir da Educação Popular, na construção de soluções sustentáveis no campo e na cidade, com visão crítica, domínio técnico e sensibilidade diante dos problemas socioambientais da atualidade e suas consequências sociais, políticas, ecológicas e culturais.

Esta proposta é resultado de um amplo processo de debate e construção envolvendo professores/as e estudantes da Licenciatura em Ciências Agrícolas e outros/as professores/as da Universidade Federal Rural de Pernambuco, além de representantes de instituições parceiras atuantes no campo pernambucano.

Este Projeto Pedagógico, portanto, corresponde a um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas do Bacharelado em Agroecologia. Para tanto, foram reunidas propostas de ações concretas, delineadas de acordo com os princípios da gestão democrática (participação, descentralização e transparência) e que se encontram pautadas nas orientações do Ministério da Educação, haja vista que:

- As políticas acadêmicas institucionais contidas no PPI e no PDE materializam-se no Projeto pedagógico do Curso de Agroecologia;
- Demonstram preocupação com a qualidade do curso de Agroecologia, encorajando a valorização de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário, inclusive as que se referem à experiência profissional;
- Discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático ao contexto em que se apresenta a Universidade e em conformidade com as demandas de profissionais para atuar na promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Garantem a articulação da teoria com a prática, incentivando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades complementares;
- Volta-se para uma educação inclusiva, com práticas direcionadas ao ensino e à aprendizagem de todos/as os/as estudantes.

Cabe destacar que este é um documento que registra um momento histórico, funcionando como orientador para as práticas pedagógicas e administrativas, que será acessado e revisto de forma permanente, considerando a dinamicidade da realidade social. Além disso, a fim de garantir a qualidade na formação profissional a que se propõe, estará integrado num processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação permanentes, com vistas à realização do seu aperfeiçoamento, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).

Como prevê o Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPE/UFRPE N° 526/2022) que regulamenta as diretrizes para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos

Cursos de Graduação da UFRPE, compõem este documento seções que contemplam: a Identificação da IES/UFRPE, a Caracterização do curso, a Contextualização do Curso na IES/UFRPE e sua organização estrutural.

3. BASE LEGAL DO CURSO

Este Projeto Pedagógico foi construído coletivamente por gestores, docentes, discentes, representantes de instituições da sociedade civil e movimentos sociais e revisado a partir de novembro de 2021, sendo atualizado em fevereiro de 2023.

É orientado pela premissa da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e pelas legislações que regulamentam o funcionamento dos cursos de Bacharelado, sob a égide das leis, bem como dos pareceres, resoluções e decretos detalhados a seguir.

Quadro 1 - Base legal geral do curso de Bacharelado em Agroecologia.

BASE LEGAL GERAL DO CURSO	
LEI, RESOLUÇÃO, DECRETO E PARECER	TEM COMO ESCOPO
Lei nº 9.394/1996	Estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei nº 13.005/2014	Aprovar o Plano Nacional de Educação (PNE).
Lei nº 12.764/2012	Instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei nº 11.788/2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes.
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Decreto nº 5.626/2005	Dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
Resolução CNE/CES nº 1/ 2004	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

LEI, RESOLUÇÃO, DECRETO E PARECER	TEM COMO ESCOPO
Resolução nº 1/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Resolução nº 2/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Parecer nº 67/2003 CNE/CES	Embasa as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.
Parecer nº 583/2001 do CNE/CES	Orienta as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
Parecer nº 776/1997 do CNE/CES	Orienta as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
Parecer nº 29/2007 do CNE/CES	Orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a duração mínima e máxima dos cursos de graduação.
Parecer nº 8/2007 do CNE/CES	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Parecer nº 184/2006 do CNE/CES	Retifica o Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Parecer CNE/CES nº 266/2011	Orienta os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais.
Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010	Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007	Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.
Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016	Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016-2019.
Portaria CNE/CP 14/2022	Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior

Cumpra-se ressaltar que, em atendimento a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos estará presente no currículo do Bacharelado em Agroecologia, sendo trabalhada de forma transversal, em todo o curso, e de forma específica no 5º semestre - Atuação no Etnoagroecossistema. Além disso, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 e a Resolução CNE/CES nº 1/ 2004, na matriz curricular contemplamos também os temas da Educação das Relações Étnico-Raciais e de Libras de forma obrigatória, no 2º e 6º período respectivamente . A temática de Libras será trabalhada no 6º período com carga horária mínima de 60h.

Os conteúdos da disciplina Educação Física estão contemplados nas temáticas “Expressões Culturais do Campesinato” e “Cultura Corporal e Campesinato” onde serão vivenciadas diversas práticas corporais da cultura lúdica, artística e esportiva em diferentes semestres.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental ocorrerá no Bacharelado em Agroecologia de forma transdisciplinar, obedecendo a Lei nº 9.795, de 1999, e a resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012.

O Curso de Bacharelado em Agroecologia não possui Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas.

Além da base legal nacional, também servirão de alicerce para o curso de Bacharelado em Agroecologia as resoluções internas da UFRPE, dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 - Base legal da UFRPE que fundamenta o curso de Bacharelado em Agroecologia

BASE LEGAL DA UFRPE	
RESOLUÇÕES:	TEM COMO ESCOPO:
Resolução CEPE/UFRPE 526/2022	Aprova Regulamento Geral de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e dá outras providências.
Resolução CEPE/UFRPE 217/2012	Estabelecer a inclusão do componente curricular "Educação das Relações Étnico-Raciais", nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE 030/2010	Estabelecer a inclusão do componente curricular "Língua Brasileira de Sinais – Libras" nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE.

RESOLUÇÕES:	TEM COMO ESCOPO
Resolução CEPE/UFRPE nº 281/2017	Aprova depósito legal de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE nº 276/98	Dispõe sobre a exclusão da obrigatoriedade nos cursos noturnos das disciplinas Educação Física A e B e propõe modificações para os cursos diurnos.
Resolução CEPE nº 486/2006	Dispõe sobre obrigatoriedade de alunos ingressos na UFRPE de cursarem os dois primeiros semestres letivos dos cursos para os quais se habilitaram.
Resolução CEPE Nº 552/2022	Dispõe sobre regulamentação da Inserção das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) para integralização nos currículos dos Cursos de Graduação, nas modalidades presencial e a distância

4. HISTÓRICO DA UFRPE

A UFRPE é uma instituição centenária, com atuação proeminente no estado de Pernambuco e região. Sua história tem início com a criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária do Mosteiro de São Bento, em Olinda, no dia 3 de novembro de 1912. Apenas em fevereiro de 1914 iniciaram-se as aulas na instituição que, por sua vez, funcionava em um prédio anexo ao Mosteiro, sob a direção do abade alemão D. Pedro Roeser. Em dezembro do mesmo ano foi instalado o Hospital Veterinário, sendo este o primeiro do país (MELO, 2010). Tendo em vista as limitações de espaço para as aulas práticas do curso de Agronomia, os beneditinos transferiram, em 1917, o referido curso para o Engenho São Bento, localizado no distrito de Tapera, em São Lourenço da Mata.

A década de 1930 foi marcada pela estatização da Instituição, com a desapropriação da Escola Superior de Agricultura de São Bento, em 9 de dezembro de 1936, pela Lei nº 2.443 do Congresso Estadual e Ato nº 1.802 do Poder Executivo Estadual, passando a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco –

ESAP. Pouco mais de um ano depois, através do Decreto nº 82, de 12 de março de 1938, ela foi transferida para o Bairro de Dois Irmãos, no Recife.

Em 1947, através do Decreto Estadual nº 1.741, foram reunidos a ESAP, o Instituto de Pesquisas Agronômicas, o Instituto de Pesquisas Zootécnicas e o Instituto de Pesquisas Veterinárias, constituindo, assim, a Universidade Rural de Pernambuco – URP. Em 1955, através da Lei Federal nº 2.524, a Universidade foi federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior vinculado ao Ministério da Agricultura. Após a federalização, a URP elaborou o seu primeiro estatuto, em 1964, com base na LDB de 1961. Com a promulgação do Decreto Federal nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Em 1957, a Escola Agrotécnica do Nordeste foi incorporada à Universidade passando a ser denominada, a partir de 1968, de Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (SOUZA, 2000). Atualmente, o Colégio, que também conta com um novo campus em Tiúma³, oferece cursos técnicos em Agropecuária (integrado ou não ao Ensino Médio), Alimentos e Administração, além de ofertar outros na modalidade de Educação a Distância – EAD: Açúcar e Álcool, Alimentos e Administração. Também é destaque sua atuação no âmbito da qualificação profissional, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, tendo formado, desde 2013, mais de 12.000 estudantes em todas as regiões do estado de Pernambuco.

Na década de 1970, novos cursos de graduação foram criados, sendo eles: Estudos Sociais, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, Economia Doméstica, Ciências Agrícolas, Engenharia Florestal, Matemática e Química. No mesmo período, a UFRPE iniciou suas atividades de oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu*, com a criação do Mestrado em Botânica, em 1973, por meio de um convênio firmado com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

³ PE-005, 589- Tiúma, São Lourenço da Mata- PE, 54737-200

Os anos de 1980 se destacaram pela reformulação do curso de Licenciatura em Ciências com suas respectivas habilitações. Surgiram, então, quatro novos cursos de Licenciatura Plena: Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas. Nos anos 2000, a UFRPE vivenciou a expansão de suas atividades com a criação de cursos de graduação (na Sede) e das Unidades Acadêmicas, através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG, localizada no Agreste de Pernambuco, foi a primeira das unidades fundadas pela UFRPE, tendo iniciado suas atividades no segundo semestre de 2005. A UAG oferta os seguintes cursos de Bacharelado: Agronomia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia. Em relação aos cursos de Licenciatura ofertados pela UAG, são eles: Pedagogia e Letras Português/ Inglês. Destaque-se que a UAG está em processo de emancipação, devendo, em alguns anos, tornar-se uma instituição autônoma. O ano de 2018 marca a origem da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), a partir da Lei Federal nº 13.651, de 11 de abril de 2018, através do desmembramento da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Desta forma, a UFAPE assumiu toda a estrutura física, patrimonial e de pessoal da UAG/UFRPE.

Em 2006, no Sertão de Pernambuco, foi criada a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST que, atualmente, oferta os cursos de Bacharelado em: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Sistemas de Informação, além de Engenharia de Pesca, Agronomia e Zootecnia. Quanto à oferta dos cursos de Licenciatura são eles: Letras Português/Inglês e Química.

Ainda no processo de expansão e inclusão social, em 2005, através do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação, a UFRPE iniciou as atividades do ensino de graduação na modalidade à distância. Em 2006, o MEC implantou o Programa Universidade Aberta do Brasil cuja prioridade foi a formação de profissionais para a Educação Básica. Nesse mesmo ano, a Universidade se engajou no referido programa. Em 2010, foi criada a Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UAEADTec, presente em 19 polos nos estados de Pernambuco e Bahia. Sua sede administrativa está localizada no campus Dois Irmãos, no Recife. A UAEADTec oferta

os seguintes cursos: Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, Licenciatura em História, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Sistemas de Informação e Bacharelado em Administração Pública.

Ao mesmo tempo em que essa interiorização vem se consolidando com a oferta de cursos presenciais e a distância, a UFRPE também inovou, em 2014, com a implementação da Unidade Acadêmica no Cabo de Santo Agostinho – UACSA. A referida Unidade tem ofertado tanto cursos Superiores em Tecnologia (Construção Civil, Transmissão e Distribuição Elétrica, Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Mecânica: Processos Industriais) quanto de Bacharelado em Engenharia (Civil, Elétrica, Eletrônica, Materiais e Mecânica).

Em 2017, o Conselho Universitário da UFRPE, através da Resolução CONSU/UFRPE nº 098/2017, aprovou a criação da Unidade Acadêmica de Belo Jardim – UABJ visando atender as demandas de qualificação profissional nas áreas de Engenharia da região. De forma semelhante ao projeto da UACSA, a UABJ oferta cursos Superiores em Tecnologia (Eletrônica Industrial, Redes de Computadores, Processos Químicos, Gestão de Recursos Hídricos) e de Bacharelado em Engenharia (Controle e Automação, Computação, Química e Hídrica).

4.1. HISTÓRICO DO CURSO

O projeto modernizador estabelecido nos diversos campos, especialmente na Agricultura, iniciado em meados do século XX no Brasil, contou com a participação ativa da educação. Durante toda a década de 1950, a formação de professores/as de escolas agrícolas, bem como de extensionistas rurais, compôs os desafios da modernização da agricultura e articulou com a cooperação técnica do Brasil com os Estados Unidos.

Em função destas políticas foi criado em 1965, na UFRPE, o Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (CRETA) em parceria com a SUDENE e o Ministério da Agricultura para formação de professores/as dos antigos Colégios Agrícolas do Nordeste. Alguns anos depois, mais precisamente em 1969, o CRETA foi institucionalizado na

UFRPE como Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas (CFTPA). Este Centro desenvolveu práticas educativas voltadas para a educação formal, por exemplo, a Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA), assim como, práticas educativas voltadas para a educação não formal, por exemplo, os cursos de extensão e assessoria para implantação de unidades demonstrativas e a capacitação e planejamento para a implantação de escolas-fazenda nos anos de 1970 (LIMA, 2015). Neste período, o Centro estabeleceu um intenso diálogo com as Escolas Agrotécnicas de todo o país e teve grande influência na formulação de políticas públicas para a Educação Rural.

Em 1972, foi criada, como um curso regular, a Licenciatura em Ciências Agrícolas, por meio da Resolução 12/70 do Conselho de Ensino e Pesquisa e autorizado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 320/72. Este período foi marcado por uma intensa modernização do campo brasileiro, que veio a ser conhecida como “Revolução Verde”. Para tanto, foi importante também, modernizar o Ensino Agrícola incluindo, nesse processo, a formação de professores/as.

Desde os anos de 1990, a LA começou a sofrer mudanças significativas com relação às suas diretrizes, quando passou a repensar os processos de formação docente, acompanhando as mudanças que aconteciam no contexto da agropecuária brasileira, onde ganharam força os movimentos sociais do campo, as organizações de assessoria ao movimento popular e diferentes formas de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante (AGUIAR, 2016). Com isso, a LA passa a entender “a formação profissional como formação para a cidadania, vinculando teoria e prática, ao mesmo tempo em que valoriza as referências sociais do mundo rural camponês no processo de ensino-aprendizagem” (FIGUEIREDO & LIMA, 2006: p. 8).

Em 2004, a LA passou por uma reformulação curricular em que foram incorporados princípios, diretrizes e competências definidos pelo CNE para a reformulação dos cursos de licenciatura, baseando-se no Parecer 09/01 e sua Resolução 01/2002 e no Parecer 28/01 e sua Resolução 02/2002. Assim, o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) considerou algumas mudanças de carga horária, inclusão das Práticas como Componente Curricular e mudanças nos Estágios Curriculares Obrigatórios de Ensino.

Foram incluídos no PPC valores inspiradores de uma sociedade democrática, ressaltando a importância da agricultura familiar, o protagonismo dos agricultores e suas

organizações, da Agroecologia e das dimensões ecológica, técnica e pedagógica, o compromisso com a formação básica e a compreensão do papel social da escola. Além disso, o domínio do conteúdo a ser socializado, seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar; o domínio do conhecimento pedagógico e de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional, assim como os princípios da Educação do Campo.

O curso de LA passou a considerar os desafios da sociedade contemporânea, comprometidos com a inclusão social, a sustentabilidade socioambiental e o respeito com os valores, comportamentos e visões dos diferentes sujeitos sociais presentes no campo brasileiro e pernambucano.

Este período foi marcado pelo aparecimento no Brasil de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural tendo como protagonistas os/as agricultores/as familiares, entre elas a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Essas mudanças impulsionaram a definição de um novo papel para as universidades e outras instituições de ensino, que começam a ser demandas em relação à formação de extensionistas que atuem a partir dos princípios estabelecidos na PNATER. Com isso, a educação agrícola dedicada à modernização produtiva vai perdendo substância no curso e vai sendo associada a uma nova cultura do trabalho, da organização social no campo e da produção associada à preservação da natureza e a construção de alternativas tecnológicas mais contextualizadas e adaptadas a diferentes realidades locais (DINIZ & FERRAZ, 2010). Neste período vai tomando força a ideia de uma educação para a sustentabilidade e para a inclusão social, sintetizada através da Agroecologia e um amplo debate sobre a ecologia na perspectiva de manejo sustentável dos bens naturais e não apenas de sua preservação, temas que foram sendo incorporados ao curso através de atividades de ensino e extensão.

Em 2010, um grupo de docentes da LA iniciou a institucionalização do Núcleo Agroecologia e Campesinato (NAC), com o objetivo de “contribuir para articulação de pessoas de diversos segmentos acadêmicos, objetivando a promoção da Agroecologia na Universidade, através da: formação profissional, da pesquisa e do desenvolvimento de ações de extensão rural junto a comunidades indígenas, quilombolas, pesqueiras e

camponesas, na perspectiva agroecológica”. A criação deste Núcleo respondeu a uma demanda dos movimentos sociais e outros segmentos da sociedade pernambucana que, por diversas vezes, sinalizou para que a UFRPE promovesse atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária com foco na Agroecologia e no Campesinato. A partir de então, o Núcleo passa a realizar um conjunto de projetos de extensão e pesquisa apoiados pelo CNPq, Ministérios e pela própria Universidade, voltados para a agricultura de base familiar e a agroecologia, envolvendo várias instituições parceiras. Este grupo está diretamente vinculado à Licenciatura em Ciências Agrícolas e ao novo curso.

Também, em 2010, foi lançada a Lei de Ater (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010) instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e definindo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Art. 2º). A perspectiva educativa, dada à extensão rural, entrou em consonância com os desafios da formação de profissionais em LA, que já vinha sendo trabalhada há algum tempo nos processos educativos não escolares, junto a comunidades rurais.

Em janeiro de 2017, a Reitoria determinou a suspensão da seleção para ingresso no curso devido à necessidade de rever o acesso dos estudantes que já cursavam outros cursos nos Bacharelados das Ciências Agrárias, na medida em que mantinham duplo vínculo (alguns estudantes cursavam ao mesmo tempo um dos bacharelados das Ciências Agrárias e a LA). Esta dupla vinculação vinha sendo questionada pelos órgãos de controle em função da Lei nº 12.089, de 2009, que “proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior” e a necessidade, diante disso, de estabelecer nova forma de ingresso, aderindo ao sistema do ENEM/SISU, pois era o único curso da Universidade naquele momento que não havia aderido ainda. No mesmo período, o MEC abriu processo para a renovação do reconhecimento do curso.

Diante da suspensão do ingresso, reunidos em Pleno, os docentes da LA decidiram pela construção de um novo curso de graduação que fortalecesse o seu legado - de formação de profissionais-educadores para atuação no campo, e tivesse como base os

princípios da Agroecologia e da Educação do Campo. Desencadeou-se aí um belo processo de construção coletiva para criação do novo curso que aqui está sendo apresentado.

Considerando o legado de LA, numa perspectiva de humanização das Ciências Agrárias e os desafios contemporâneos para a formação de um profissional socialmente comprometido com o desenvolvimento sustentável, após uma oficina participativa envolvendo docentes, discentes e representantes da sociedade civil, definimos que o novo curso seria um Bacharelado, tendo em vista a grande demanda por profissionais com conhecimento técnico. No entanto, com uma visão crítica a atual realidade do ensino superior brasileiro - que tem se tornado cada vez mais tecnicista nas suas diversas áreas - definimos que este bacharel será, sobretudo, um educador com capacidade para mediar processos a partir de uma perspectiva pedagógica e participativa, com enfoque na agricultura camponesa, garantindo a continuidade de toda a construção realizada a partir do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

A partir daí, foram realizadas diversas reuniões com docentes, discentes, representantes de entidades e movimentos sociais para construção deste novo curso.

Todo o processo foi realizado no sentido de valorizar o legado da LA e articular, participativamente, os distintos esforços e iniciativas existentes na UFRPE dedicados à Agroecologia, privilegiando o envolvimento das diferentes áreas do conhecimento, buscando a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade e o envolvimento de diferentes parceiros.

Em agosto de 2018, o MEC realizou visita in loco no curso de LA para Ato de Reconhecimento do Curso e atribuiu nota 4 (quatro), avaliando-o como muito bom.

Em abril de 2019 abrimos o edital para seleção da primeira turma do Bacharelado em Agroecologia e em agosto iniciamos as atividades pedagógicas com a realização do 1º período.

Em março de 2020 o calendário acadêmico foi suspenso devido a pandemia da Covid. Durante os Períodos Letivos Excepcionais realizamos Cursos Livres para revisão e aprofundamento das temáticas do 1º período. E com a retomada do Calendário Acadêmico, demos continuidade ao curso em formato remoto.

Em 2022, o curso deu início à retomada gradual das atividades presenciais.

5. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Os desafios colocados pelos processos de urbanização e industrialização no século XX, com a aceleração dos níveis de exploração dos recursos naturais, a necessidade crescente de produção de alimentos e outros bens, aliada ao desenvolvimento científico na produção agrícola e agropecuária em direção a artificialização, com uso de fertilizantes e pesticidas químicos, levaram a diversas reações, culminando em movimentos ambientalistas e ecológicos preocupados com as consequências para as futuras gerações. Diante disso, várias alternativas tecnológicas foram desenvolvidas, sistemas agrícolas tradicionais foram reconsiderados e novas áreas de conhecimento e atuação foram criadas.

A necessidade inicial de pensar a produção agrícola e agropecuária a partir de um prisma ecológico, levou a sistematização de um conjunto de saberes para criação de um novo campo de conhecimento: a Agroecologia. A complexidade dos problemas socioambientais demonstrou a necessidade de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, com o reconhecimento da diversidade de saberes e modos de vida camponeses, historicamente construídos no meio rural. Isso estabeleceu para a Agroecologia a necessidade de configurar-se como um campo de saber multi, pluri, inter e transdisciplinar, que mais do que a simples reorientação dos sistemas produtivos com vistas ao manejo ecológico dos bens naturais, não se limitando ao manejo animal e vegetal para produção de alimentos e outros bens, considera toda a complexa relação dos sujeitos com a natureza para a produção da vida. A produção agrícola e agropecuária ocupa um papel central, mas é vista dentro de um processo dinâmico e multidimensional.

Diante disso, o enfoque agroecológico vem aportando as bases para um novo paradigma, que procura ser integrador, rompendo com o isolamento das áreas do conhecimento e respondendo à necessidade de buscar estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis a partir de diferentes dimensões (ecológico-produtiva, ética, socioeconômica, política, educativa, cultural e artística). No Brasil, está diretamente integrado a movimentos sociais do campo e da cidade preocupados com a vida no planeta, assim como a um conjunto de sujeitos e organizações que acreditam, defendem e atuam em prol de um desenvolvimento rural sustentável.

Com isso, a Agroecologia vem sendo colocada num papel protagonista na formação dos diferentes profissionais que atuam no campo brasileiro. Nas duas últimas décadas, estudantes, profissionais de organizações da sociedade civil e diversos movimentos sociais vêm operando esforços para implementação de cursos com uma visão crítica ao enfoque tecnicista e ao modelo de desenvolvimento rural predominante no Brasil (AGUIAR, 2010), tendo a Agroecologia como matriz disciplinar orientadora para uma formação que incorpore uma perspectiva diferenciada da relação com a natureza e a produção de alimentos e de outros bens para a vida, dando origem aos diversos cursos de Agroecologia existentes hoje no Brasil.

De acordo com estudo realizado em 2014, foram identificados 136 cursos de Agroecologia no ensino formal brasileiro, sendo 108 técnicos de nível médio, 24 de graduação (bacharelados e tecnológicos) e 4 de pós-graduação stricto sensu (3 de mestrado e 1 de doutorado), sendo a grande maioria ofertada por instituições públicas (estaduais e federais) e a maior concentração de cursos no Nordeste (42 de nível técnico, 10 de graduação e 02 de pós-graduação) (BALLA, MASSUKADO & PIMENTEL, 2014). Em consulta realizada no E-mec, em fevereiro de 2018, encontramos 34 cursos de graduação em Agroecologia. Destes, 29 são cursos tecnológicos e 04 são cursos de bacharelado. Em novembro de 2021, encontramos 52 registros de cursos, sendo 04 extintos e/ou em extinção e 48 ativos. Dos 48, 11 são bacharelados (incluído o da UFRPE).

De acordo com Sousa (2017, p.640), o crescimento dos cursos de Agroecologia se deu a partir de três grandes aspectos:

- ***Demanda dos movimentos sociais do campo*** - a partir das experiências vivenciadas com o Pronera/Incrá, foram construindo espaços de manobra no âmbito das instituições federais, proporcionando a institucionalização de cursos originados de projetos.
- ***Atendimento ao nicho de mercado dos orgânicos*** - com o crescimento da demanda por produtos orgânicos no mercado nacional, criou-se a necessidade de formar profissionais que possam ocupar esse espaço, muitas vezes com pouco ou nenhum diálogo com os movimentos sociais e suas organizações.

- *Expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológica - grande parte desses cursos foram criados em função da ampliação do número de unidades de ensino vinculadas à Rede Profissional e Tecnológica no país, especialmente nas antigas Escolas Agrotécnicas.*

Essa ampliação, ainda segundo Sousa (2017), configura um desafio conceitual e epistemológico no campo da Agroecologia para garantia dos seus princípios e diretrizes orientadoras.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, diferentes professores/as vêm desenvolvendo atividades de ensino, extensão e pesquisa baseadas no enfoque científico da Agroecologia, comprometidas com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de sistemas agrários camponeses. Essas ações são referência importante no Estado de Pernambuco, tanto para os movimentos sociais do campo (movimentos pastorais, sem terras, entre outros) e organizações representativas e de assessoria (sindicatos e organizações não governamentais), como também para o movimento agroecológico a nível regional e nacional.

A opção pelo curso de Bacharelado vem da identificação de uma crescente demanda por um curso de graduação, tendo em vista a existência de um curso de Tecnólogo em Agroecologia do IFPE-Barreiros e um curso de nível médio, Técnico em Agroecologia do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), que vem ampliando os horizontes de atuação neste campo. Além disso, em diálogo com organizações e movimentos sociais do campo, analisou-se que existe no Estado uma significativa demanda de profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento para atuar com abordagens metodológicas participativas e com sistemas produtivos que potencializam os bens naturais e os etnoconhecimentos de comunidades rurais, como base para um desenvolvimento rural sustentável.

Tendo como base a experiência de mais de 40 anos do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE, associada a uma perspectiva teórica da complexidade e da ecologia dos saberes (SANTOS, 2007) para apoiar a construção do conhecimento agroecológico, atrelada a um processo participativo, decidiu-se pela criação do curso de **Bacharelado em Agroecologia**, tendo como alguns de seus princípios orientadores:

- Educação contextualizada, que tenha como *locus* da construção do conhecimento o etnoagroecossistema e o território; comprometida com experiências camponesas, entre elas, aquelas de convivência com o semiárido;
- Formação crítica e contra-hegemônica, baseada numa perspectiva sistêmica da construção do conhecimento e no diálogo de saberes (saberes técnico-científicos com saberes locais e tradicionais), que articula ensino, extensão e pesquisa;
- Formação profissional humanizada, voltada à transformação social, com participação contínua nos espaços de reflexão, formulação e tomada de decisão;
- Valorização do campo e sua diversidade, desconstruindo a dicotomia campo-cidade;
- Outras epistemologias.

Como afirma Caporal (2008), “como matriz disciplinar, a Agroecologia se encontra no campo do que Morin (1999, p.33) identifica como do ‘pensar complexo’, em que *‘complexus significa o que é tecido junto’*. O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. Com isso, reconhecendo que nas relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de estabelecer um diálogo entre as disciplinas científicas e os saberes tradicionais historicamente acumulados pelos camponeses”.

Neste sentido, o campesinato é o ator central desse processo (ainda que não seja o único), como um segmento social e histórico portador de capacidade de adaptação e resistência nas sociedades contemporâneas, para lidar com uma lógica hegemônica predatória nas relações com a natureza. O campesinato se configura como uma das expressões da diversidade do campo brasileiro, que articula terra-trabalho-família em relações de interconhecimento, de coprodução e autogestão com a natureza. Ora é desterritorializado, perdendo a terra e o território (descampesinação), ora (re)conquista a terra e as condições de produção e vida no campo (recampesinação). Mesmo diante das inúmeras opressões a que esteve submetido, sempre esteve integrado em menor ou maior grau às diversas práticas econômicas (mercantis ou não), demandando fazeres/saberes sócio-técnicos para os mais diversos fins.

Assim, nesse curso, o campesinato é ao mesmo tempo uma orientação epistemológica e sujeito construtor do conhecimento, que estará presente de forma permanente no curso, fortalecendo-o como instrumento de uma formação profissional que reconhece e valoriza o campo como território de produção de vida.

Para isso, a educação popular é colocada como fundamento para uma atuação profissional comprometida com a transformação da realidade social, que encara as relações entre os/as sujeitos/as como pedagógicas. Neste sentido, a educação popular se configura no curso como uma concepção educacional para formação de profissionais críticos e criativos aptos a atuar com os diferentes sujeitos do campo e da cidade, para compreender e criar estratégias para superação das opressões vividas na realidade, fortalecendo a sua identidade e valorizando os saberes acumulados localmente. Com o foco no diálogo e tomando a realidade como ponto de partida e chegada, o curso está diretamente articulado com os princípios educativos da educação do campo, tais como: a articulação permanente dos sujeitos com seu território; o trabalho como parte da formação, entendido como processo de produção da vida, que se realiza na relação ser humano-natureza; os/as participantes do processo de ensino-aprendizagem como agentes de transformação social.

O curso atua na formação dos/as profissionais em Agroecologia, educadores/as que possam promover um desenvolvimento sustentável, refletido na articulação do local-global, em direção à soberania dos diversos povos.

Por fim, destacamos que essa perspectiva está em consonância com o Plano Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo (MDA, 2013) lançado em 2013 e voltado para o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; a adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

6. OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais-educadores/as em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, que atuarão em suas diferentes dimensões (educativa, política, econômica, produtiva, cultural, ambiental, social, ética, etc), visando à construção/fortalecimento de sociedades ecologicamente sustentáveis, socialmente igualitárias e politicamente democráticas, tendo o campesinato como ator central, formando para o mundo do trabalho e uma prática cidadã.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir uma formação interdisciplinar, voltada para conhecer e transformar os etnoagroecossistemas, numa perspectiva agroecológica, fundamentando-se em conhecimentos de diversas áreas (ciências humanas, sociais, da natureza, agrárias e exatas), e considerando as diversas interrelações existentes na realidade, seja no âmbito da Agroecologia como Ciência, nas suas práticas e Movimento;
- Ofertar formação técnica e educativa para atuação em espaços profissionais formais e não formais, a partir dos princípios da Agroecologia e da Educação Popular, junto a processos participativos para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis;
- Promover formação para atuação profissional no sentido de diagnosticar, analisar e manejar os etnoagroecossistemas locais desde uma perspectiva multidimensional;
- Desenvolver ações educativas utilizando metodologias participativas para empoderamento dos/as sujeitos/as e comunidades do campo e da cidade;

- Oferecer ferramentas necessárias para elaborar, assessorar, desenvolver processos de articulação e gestão de projetos comunitários desde uma perspectiva agroecológica;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos agroecológicos dos povos e comunidades tradicionais;
- Contribuir na formação dos/as profissionais-educadores/as que atuam no ensino técnico-profissional para atuar de forma contextualizada;
- Formar profissionais-educadores/as com domínio sobre tecnologias e técnicas sustentáveis que contribuam para a ressignificação da relação sociedade/natureza nos diversos territórios.

7. PERFIL PROFISSIONAL

7.1 PERFIL DO INGRESSO

São público prioritário deste curso, os/as Agricultores/as Familiares e Camponeses/as, assentados/as da reforma agrária, aquicultores/as e pescadores/as de base familiar, comunidades tradicionais em geral, como extrativistas, quilombolas, indígenas etc, em acordo com a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 2006)⁴, bem como lideranças e técnicos que atuam com os movimentos sociais do campo. Poderão ainda ingressar no curso, pessoas que busquem uma formação interdisciplinar, voltada para conhecer e transformar os etnoagroecossistemas, numa perspectiva agroecológica, fundamentando-se em conhecimentos de diversas áreas (ciências humanas, sociais, da natureza, agrárias e exatas), e considerando as diversas interrelações existentes na realidade, seja no âmbito da Agroecologia como Ciência, nas suas práticas e Movimento.

⁴ Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares.

7.2 PERFIL DO EGRESSO

O curso de Bacharelado em Agroecologia tem como missão formar um/uma profissional educador/a que possa:

- Atuar em espaços profissionais formais e não formais a partir dos princípios da agroecologia e da educação popular;
- Mediar processos educativos de transformação da sociedade voltado para a sustentabilidade do planeta;
- Contribuir para a ressignificação da relação sociedade/natureza nos diversos territórios;
- Fortalecer as lutas do campesinato, principalmente no Nordeste;
- Desenvolver ações educativas utilizando metodologias participativas para empoderamento dos sujeitos e comunidades do campo;
- Diagnosticar, analisar e manejar os etnoagroecossistemas locais desde uma perspectiva multidimensional;
- Elaborar, assessorar, desenvolver processos de articulação e gestão de projetos comunitários desde uma perspectiva agroecológica;
- Desenvolver sensibilidade artística, cultural e espiritual para atuar junto a Povos e Comunidades com diferentes cosmovisões respeitando as relações de geração, gênero e etnia;
- Ter qualificação para criação e replicação de técnicas e tecnologias sustentáveis;
- Articular os conhecimentos da/na comunidade dentro e fora da escola;
- Diagnosticar e resolver problemas socioambientais de forma participativa, no campo e na cidade.

8. VALORES, COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES

Os valores, competências, habilidades e atitudes que um/a profissional educador/a, formado/a em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular deve ter e desenvolver, permeiam todos os momentos do processo de ensino-aprendizagem no curso, seja por meio da ação, das tomadas de decisões, do pesquisar, do incitar a pesquisar, do deixar descobrir, do aprender contínuo, ou ainda dos desafios que permitem transformar pontos fracos em fortes, defeitos em qualidades, desmotivação em entusiasmo e ação.

Neste curso, há uma valorização da articulação entre os saberes adquiridos na vida cotidiana com os saberes acadêmicos, como fundamento para que seja possível a formação de um/a cidadão/ã que possa estar preparado/a para a vida e para a inserção e atuação no mundo do trabalho, dentro ou fora do mercado.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) expõe a necessidade do trabalho pedagógico por habilidades e competências, que mobilizam conhecimentos, valores e atitudes, agindo de modo pertinente na resolução de situações problemas. Diante disso, destacamos os valores que o Curso de Agroecologia pretende fortalecer para o desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes de seus/suas egressos/as:

Compreensão referente a valores inspiradores da sociedade democrática:

- Reconhecer a importância da democratização da terra e dos recursos naturais;
- Considerar o meio ambiente a partir de uma visão agroecológica, na formação dos valores, comportamentos e visão de mundo, especialmente do rural.
- Resignificar a relação sociedade-natureza considerando os princípios da Vida, da Diversidade, da Complexidade e da Transformação.
- Valorizar os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, promovendo o diálogo permanente entre os saberes construídos na universidade e nos diferentes territórios.
- Prezar pela sustentabilidade desde seus princípios social, ambiental, econômico, político e ético para garantia da existência da sociedade e das gerações futuras.

- Afirmar os direitos humanos e a cidadania como condição para o desenvolvimento da prática profissional.
- Considerar o uso, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias a partir de uma perspectiva participativa, em processos construídos junto com a comunidade e com respeito à natureza.

Diante disso, a compreensão referente ao domínio do conhecimento que o/a profissional educador/a, formado/a em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular deve ter e desenvolver, no que diz respeito a Atitudes, Habilidades e Competências podem ser reconhecidas por meio dos seguintes pontos:

- Compreender que a produção do conhecimento é fruto de processo histórico e, por isso, a importância da crítica, autonomia, criatividade e inovação na formação técnica;
- Caracterizar o processo de evolução da agricultura e os diversos modelos de desenvolvimento locais;
- Analisar os sistemas de produção, considerando a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e ética;
- Conhecer e orientar o manejo agroecológico do solo, considerando os aspectos físicos, químicos, biológico, cultural e social;
- Elaborar, planejar, executar, e avaliar processos de articulação territorial para desenvolver estratégias locais de economia solidária nas temáticas de produção, comercialização, consumo, finanças e reciclagem;
- Valorizar momentos de formação que deem importância ao lúdico, ao sonho, ao prazer, a sedução e a esperança no processo educativo;

- Identificar e valorizar a importância das culturas e do saber popular na construção do conhecimento;
- Ratificar a importância da dimensão cultural nos processos de transformação;
- Conhecer os ecossistemas relacionados à atividade produtiva da agropecuária;
- Conhecer os princípios da agroecologia e da educação do campo;
- Compreender o campesinato como orientação epistemológica e sujeito coletivo histórico;
- Potencializar a capacidade de planejar, executar e avaliar processos de educação popular em agroecologia, considerando as especificidades dos diferentes sujeitos/as do campo e da cidade;
- Promover processos voltados para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Planejar e implementar estratégias, métodos e processos de manejo sustentável;
- Construir e desenvolver projetos de produção agrícola e pecuária considerando os princípios da agroecologia;
- Orientar o uso de técnicas e tecnologias apropriadas para os ecossistemas do Nordeste – Zona da Mata, Agreste, Sertão;
- Elaborar, assessorar e desenvolver processos de articulação e gestão dos projetos comunitários e territoriais desde uma perspectiva agroecológica;
- Diagnosticar, analisar e manejar os agroecossistemas familiares locais desde uma perspectiva multidimensional;

- Realizar ações técnico-produtivas em agroecossistemas familiares considerando a interação entre os seus diferentes componentes;
- Formar sujeitos/as na perspectiva da gestão dos/as atores/atrizes sociais no desenvolvimento local;
- Promover trabalho educativo com aprendizagem significativa e diálogo de saberes;
- Ter sensibilidade artística, cultural e espiritual para atuar junto às diferentes expressões do campesinato, com diferentes cosmovisões, respeitando as relações de geração, gênero e etnia;
- Fomentar processos de articulação dos/as diferentes sujeitos/as do campesinato com as políticas públicas relacionadas à Agroecologia.

9. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Os/as egressos/as do Bacharelado em Agroecologia, como profissionais com uma formação interdisciplinar, com pleno domínio de ferramentas para atuar na construção de sociedades mais sustentáveis, estarão aptos a diversos tipos de atuação como: assessorias técnico-pedagógicas, desenvolvimento de projetos socioambientais, programas de análise e promoção da sustentabilidade, entre outros. A partir disso, poderão atuar em agências de desenvolvimento rural, organizações governamentais e não governamentais, associações e cooperativas de agricultores, movimentos sociais e sindicatos, ensino profissional, unidades familiares e comunidades, em territórios urbanos e rurais, entre outros.

10. REQUISITOS DE INGRESSO

O comprometimento do curso de Agroecologia com um projeto de sociedade democrática envolve também a responsabilidade pela busca de ampliação das possibilidades de ingresso no ensino superior público brasileiro. Partimos, aqui, do reconhecimento de que o público prioritário almejado pelo curso (agricultores e agricultoras familiares) engloba parcelas da população brasileira historicamente excluídas das universidades públicas. Desse modo, reafirmamos a necessidade de políticas de ação afirmativa voltadas para esse público, entendendo-as como “medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 55-56).

Serão ofertadas, anualmente, 40 vagas. Como nos demais cursos da UFRPE, tais vagas são diferenciadas em função da Lei 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Tais vagas são, por sua vez, subdivididas de acordo com critérios de renda, auto declaração de raça/cor e portadores de deficiência a partir dos parâmetros estabelecidos na referida lei.

Baseando-se em levantamentos das modalidades de ingresso atualmente existentes nas universidades federais brasileiras – o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a utilização direta da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o vestibular tradicional, o vestibular seriado (realizado ao longo do Ensino Médio) e o processo seletivo via editais para cursos específicos (EURÍSTENES; FERES JR.; CAMPOS, 2016) e, considerando, no entanto, que os critérios estabelecidos na Lei 12.711/2012 não atendem integralmente o perfil prioritário do ingresso almejado pelo curso, é adotado o modelo de editais para cursos específicos, utilizando-se da nota do ENEM.

O Processo Seletivo regido por Edital Específico é realizado em uma única etapa, utilizando a média aritmética das cinco provas do exame ENEM, do ano escolhido

durante o processo de inscrição. Inicialmente, utilizamos um processo onde as vagas eram distribuídas da seguinte forma:

I - 30 vagas (75%) para pessoas ligadas diretamente ao espaço socioterritorial do campo;

II - 10 vagas (25%) para demais pessoas interessadas.

O público a ser atendido por essa política afirmativa consiste em agricultores/as familiares e empreendedores/as familiares rurais, assim como silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais – que atendam os requisitos estabelecidos na Lei 11.326/2006, Art. 3º, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Essa modalidade de ingresso específica foi estabelecida inicialmente, em caráter experimental. A partir de uma ampla discussão com o corpo docente em conjunto com os gestores, discentes e parceiros/as da sociedade civil organizada e movimentos sociais, foi realizado um ajuste para garantir uma maior eficiência no processo, inserindo-o no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas). Assim, passamos a atribuir para todos os/as candidatos/as do campo uma bonificação de 30% na nota do ENEM utilizada no processo seletivo. A escolha desse percentual foi feita para garantir um percentual de pessoas do campo semelhante à proposta anterior de 75%. A partir de testes com dados das turmas anteriores, esse percentual demonstrou que era o que chegava mais próximo.

A partir do estabelecimento desse novo procedimento, manteremos o acompanhamento e monitoramento da política, com o intuito de analisar seus resultados no que tange ao ingresso do perfil de público estabelecido acima. Após 04 seleções fazendo uso dessa proposta, faremos uma avaliação e de posse dos resultados, caso seja necessário, construiremos uma nova proposta de política de ação afirmativa que busque sanar as eventuais lacunas do modelo ora apresentado, visando assim estabelecer um modelo de ingresso na universidade pública que atenda verdadeiramente o compromisso de construção de uma sociedade e educação democráticas.

10. 1 INGRESSO EXTRA

Além do ingresso anual, a partir da conclusão da primeira turma, o curso fará parte dos outros mecanismos que a UFRPE conta, os quais, permitem o ingresso de estudantes em outras modalidades de acesso, duas vezes ao ano, em datas previstas e com editais publicados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), nos quais são divulgados quais os cursos têm vagas disponíveis para este acesso. Este ingresso pode ser das seguintes formas:

Reintegração:

Após ter perdido o vínculo com a Universidade, o/a estudante que tenha se evadido pelo período máximo de integralização de seu curso poderá requerer a reintegração, uma única vez, no mesmo curso (inclusive para colação de grau), desde que tenha condições de concluir o curso dentro do prazo máximo permitido (considerando o prazo do vínculo anterior e o que necessitaria para integralização do currículo) e que não possua 04 ou mais reprovações em uma mesma disciplina. (Fundamentação: Res. 100/83 do CEPE, de 16/09/1983 e Res. 179/91, de 01/10/1991 e Res.354/2008 do CEPE, de 13 de junho de 2008).

Reopção:

A/o estudante regularmente matriculada/o que ingressou na UFRPE através de Vestibular e esteja insatisfeito com o seu curso, poderá se submeter à transferência interna para outro curso de Graduação da UFRPE, de uma área de conhecimento afim ao seu de origem, de acordo com a existência de vagas no curso pretendido, desde que tenha cursado, no mínimo, 40% do currículo original do seu curso e que disponha de tempo para integralização curricular, considerando os vínculos com o curso anterior e pretendido (Fundamentação: Res.34/97 do CEPE, de 16/01/1997).

Transferência Externa:

A Universidade recebe estudantes de outras Instituições de Ensino Superior, vinculados a cursos reconhecidos pelo CNE, que desejam continuar o curso iniciado ou ingressar em

curso de área afim, que estejam com vínculo ativo ou trancado com a Instituição de origem, que tenham condições de integralizar o currículo dentro do seu prazo máximo, considerando o prazo na outra Instituição de Ensino Superior e o que necessitaria cursar na UFRPE e que tenham cursado todas as disciplinas constantes do primeiro período da matriz curricular do curso pretendido na UFRPE. Salvo nos casos de transferência *ex-officio* (que independem de vagas), é necessário, para ingresso, que o curso tenha vagas ociosas (Fundamentação: Res. 124/83 do CEPE, de 19/12/1983 e 180/91 do CEPE de 01/10/1991).

Portadores de Diploma de Curso Superior:

Os/as portadores/as de diploma de curso superior reconhecido pelo CNE que desejam fazer outro curso superior na UFRPE, em área afim, podem também requerer o ingresso, desde que sobrem vagas no curso desejado, após o preenchimento pelas demais modalidades (Fundamentação: Res. 181/91 do CEPE, de 01/10/1991).

As formas seguintes de ingressos independem de vagas e não há necessidade de publicação de edital da Pró-Reitoria:

Cortesia Diplomática:

Em atendimento ao que determina o Decreto 89.758, de 06.06.84, Art. 81, item III, da Constituição, que dispõe sobre matrícula por cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais a UFRPE aceita estudantes incluídos nas seguintes situações: funcionário/a estrangeiro/a, de missão diplomática, ou repartição consular de carreira no Brasil, e seus dependentes locais; funcionário/a estrangeiro/a de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, e seus dependentes legais; técnico/a estrangeiro/a, e seus dependentes legais, que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação cultural, técnica, científica ou tecnológica, firmado entre o Brasil e seu país de origem, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano no Brasil; e técnico/a estrangeiro/a e seus dependentes legais, de organismo internacional, que goze de privilégios e imunidades em

virtude de acordo entre o Brasil e a organização, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano em território nacional. Este tipo de ingresso nos cursos de graduação se dá mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores, encaminhada pelo Ministério de Educação, com a isenção do concurso vestibular e independentemente da existência de vaga, sendo, todavia, somente concedido a estudantes de país que assegure o regime de reciprocidade e que seja portador de visto diplomático ou oficial.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G):

Estudantes provenientes de países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina, são aceitos nos cursos de Graduação da UFRPE. Eles/as são selecionados/as diplomaticamente em seus países pelos mecanismos previstos no protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa, sendo estudantes de tempo integral, para que possam integralizar o curso em tempo hábil. Não podem ser admitidos através desta modalidade, o/a estrangeiro/a portador/a de visto de turista, diplomático ou permanente; o/a brasileiro/a dependente de país que, por qualquer motivo, estejam prestando serviços no exterior; o indivíduo com dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira.

Transferência Obrigatória ou Ex-officio:

É a Transferência definida na Lei n.º 9.536, de 11/12/97 que regulamenta o Art. 49 da Lei n.º 9.394, de 20/12/96 (nova LDB), Portaria Ministerial n.º 975/92, de 25/06/92 e Resolução n.º 12, de 02/07/94 do Conselho Federal de Educação. Esta transferência independe da existência da vaga e época, atingindo o/a servidor/a público/a federal da administração direta ou indireta, autarquia, fundacional, ou membro/a das forças armadas, regidos pela Lei n.º 8.112, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência Ex-Offício. A transferência deverá implicar em mudança de residência para o município onde se situar a instituição recebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CFE.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Entendendo a Agroecologia, como Ciência, Movimento e Prática, que se ancora numa abordagem complexa, pluralista e sistêmica para analisar e atuar na realidade social, o curso foi criado a partir de uma perspectiva interdisciplinar, tendo como elo integrador de todo o curso: *Conhecer e transformar os etnoagroecossistemas*.

Os etnoagroecossistemas consistem em ecossistemas com presença atuante da população humana, que vive e maneja seu ambiente para sua reprodução e constrói modos de vida socioculturalmente diferenciados. São uma importante ferramenta de análise que será utilizada durante todo o curso de forma a compreender a realidade social como um todo interdependente, imerso em relações complexas e dinâmicas, as quais devem ser conhecidas e analisadas para melhor compreensão e atuação em contextos locais.

A partir disso, cada ano se organiza a partir de um eixo e um objetivo metodológico orientador que subsidiará a organização pedagógica de todo o semestre. Ao invés de disciplinas, foram elencadas temáticas por semestre que serão o ponto de articulação entre as diversas disciplinas. A construção das temáticas buscou contemplar as diferentes dimensões da Agroecologia (ecológica-produtiva, educativa, socioeconômica, política, cultural e artística), garantindo a perspectiva holística e sistêmica de análise que será empreendida em todo o processo formativo.

O primeiro eixo “*Conhecer o etnoagroecossistema a partir das relações entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular*”, corresponde ao primeiro ano de curso, onde será garantido um conjunto de conhecimentos que possibilitem a/ao estudante realizar uma análise crítica da realidade, percebendo seus principais desafios a partir de diferentes escalas, desde o seu sítio/casa, passando pela comunidade até problemas mundiais como o da crise ecológica, identificando as interconexões e limites entre esses diferentes níveis de análise.

É nesse primeiro ano que os/as estudantes terão acesso ao chamado núcleo de conhecimentos básicos, com conteúdos essenciais para a formação humana e profissional. Este eixo tem como objetivo analisar e compreender a complexa relação entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular a partir dos seus fundamentos, garantindo o acesso a um conjunto de ferramentas que possibilitem a leitura histórica,

social, ecológica, técnica, cultural, educativa e estética da realidade, de forma crítica, permitindo a incorporação da corresponsabilidade diante dos avanços e problemáticas para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Ao final dele, a/o estudante deverá ter condições de realizar um diagnóstico participativo de um etnoagroecossistema.

O segundo eixo “*Planejar e agir na transformação do etnoagroecossistema*”, corresponde ao segundo ano do curso, onde serão garantidas ferramentas e informações necessárias para a realização de um planejamento participativo de atuação na realidade a partir do diagnóstico realizado anteriormente. É nesse segundo ano que os/as estudantes terão acesso ao chamado núcleo de conhecimentos específicos, aprofundando e qualificando sua análise para tomadas de decisão e possibilidade de atuação.

Este eixo tem como objetivo realizar um planejamento participativo da realidade, identificando as características ecológicas, culturais, políticas, econômicas e sociais dos territórios camponeses, suas formas de vida, luta e resistência, iniciando o processo de execução do que foi elaborado com os/as diferentes atores/atrizes do território, exercitando a corresponsabilidade e debatendo os princípios éticos necessários para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Ao final dele, a/o estudante deverá ter condições de conduzir um planejamento participativo de um etnoagroecossistema, registrar e dar início às ações planejadas.

O terceiro eixo “*Agir no etnoagroecossistema a partir da agroecologia, campesinato e educação popular*” corresponde ao terceiro ano do curso e nele serão garantidas diversas reflexões e práticas para realização de transformações no etnoagroecossistema a partir do planejamento participativo realizado. Neste ano, a/o estudante dá continuidade ao núcleo de conhecimentos específicos, iniciando o acesso ao núcleo profissionalizante, onde a complexidade da sua intervenção profissional é evidenciada de forma mais clara. Assim, ainda que desde o primeiro ano ele/a esteja em contato com sua atuação profissional (pois o curso se propõe a romper com a divisão estática entre teoria e prática), aqui ele/a acessará ao todo complexo (início, meio e fim) de sua ação como profissional em Agroecologia-educador/a.

O objetivo deste eixo é analisar e compreender a complexa relação entre natureza e sociedade, considerando a especificidade dos territórios camponeses, promovendo o acesso a um conjunto de técnicas e práticas de manejo dos etnoagroecossistemas que,

após a leitura da realidade, e identificação participativa de problemas, de forma crítica e criativa, possibilite uma intervenção corresponsável em direção à promoção da soberania e segurança alimentar, para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Ao final, o/a estudante deverá ter condições de atuar na transformação dos etnoagroecossistemas em ambientes mais sustentáveis do ponto de vista das diferentes dimensões.

O quarto eixo “*Avaliar, analisar e sistematizar a ação no etnoagroecossistema*” corresponde ao quarto ano do curso e nele haverá um novo momento de análise da realidade, agora partindo da nova realidade existente após a atuação profissional realizada. Esta nova análise é, ao mesmo tempo, para sistematizar a experiência vivida e refletir sobre os avanços e limites das ações realizadas. Aqui, os diversos níveis de conhecimento (básico, específico e profissionalizante) articulados durante a formação e as experiências diversas vividas terão dado condições para que a/ao profissional em Agroecologia-educador/a sinta-se munido das ferramentas necessárias para sua atuação.

Este eixo tem como objetivo sistematizar todo o aprendizado realizado a partir da análise da complexa relação entre natureza e sociedade, considerando a leitura da realidade, a especificidade dos territórios camponeses, o conjunto de técnicas e práticas de manejo dos agroecossistemas e a identificação participativa de problemas, de forma crítica e criativa, possibilitando o registro e o avanço da construção do conhecimento agroecológico a partir de uma intervenção corresponsável em direção à promoção da soberania e segurança alimentar para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Ao final dele, o/a estudante deverá ter realizado a sistematização da experiência vivenciada no curso e ser capaz de realizar a sistematização de outras experiências a partir de sua intervenção profissional.

Os quatro eixos formam um *continuum* da formação proposta pelo curso, iniciando com o Conhecer, passando pelo Planejar, Agir, até Avaliar e Sistematizar. Essa continuidade se espelha na própria prática do/a profissional-educador/a em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, que estará preparado para sempre partir da realidade concreta do local/espço onde irá atuar, visando transformá-lo e estando apto a avaliar essa transformação e sua atuação, além de garantir o registro qualificado de todo o processo.

Do ponto de vista da carga horária dos núcleos de conhecimento, o curso está estruturado como mostra o quadro abaixo.

Quadro 3 - Distribuição da carga horária total por conteúdo de formação

EIXOS	CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Eixo 1	NÚCLEO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS <i>Conhecer o etnoagroecossistema a partir das relações entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular</i>	990h
Eixo 2 Eixo 3	NÚCLEO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS <i>Planejar e agir na transformação do etnoagroecossistema</i> <i>Agir no etnoagroecossistema a partir da agroecologia, campesinato e educação popular</i>	1980h
Eixo 4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL <i>Avaliar, analisar e sistematizar a ação no etnoagroecossistema</i> Estágio Supervisionado Obrigatório - ESO	750h 240h
	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR Atividades Curriculares Complementares - ACC	180h
	TOTAL	4140h

Na organização curricular do curso, cada eixo corresponde a um objetivo metodológico que articula o conjunto de conteúdos, procedimentos e atitudes necessárias à prática do/a profissional em Agroecologia-educador/a à realidade do/a estudante. A delimitação dessa realidade será dada por meio da identificação da relação com o agro no contexto social do/a estudante, seja ele rural ou urbano. É a partir dessa realidade que ela/e desenvolverá, nos diferentes momentos da sua formação, os procedimentos necessários para Conhecer e transformar o Etnoagroecossistema do qual faz parte.

A seguir trazemos o quadro com a síntese da organização curricular do curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE.

Quadro 4 – Organização curricular do Bacharelado Agroecologia da UFRPE

	Eixos	Elo integrador: Conhecer e transformar o etnoagroecossistema Dimensões ecológica-produtiva, ética, educativa, socioeconômica, política, cultural e artística	Orientação metodológica
NÚCLEO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS	Conhecer o etnoagroecossistema a partir das relações entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular.	<p>1° SEMESTRE - Conhecer o etnoagroecossistema Abordagem sistêmica da Vida; Agroecologia; Ecossistemas; Relação ciência, construção do conhecimento e natureza; Educação Popular e Cultura; Campesinato, Modos de Vida e Agriculturas; Solos; Movimentos sociais e questão agrária; PICC.</p> <p>2° SEMESTRE - Diagnóstico do etnoagroecossistema Modos de apropriação da natureza e racionalidade camponesa; Economias; Ecologia dos ecossistemas; Meio ambiente, sustentabilidade e subjetividade; Naturezas em Movimento; Educação em Agroecologia; Investigação-ação participativa; Solos; Plantas; Educação, diversidade e relações étnico-raciais; PICC.</p>	Levantar informações e realizar um diagnóstico participativo no etnoagroecossistema onde o/a estudante se situa e/ou se relaciona com o Agro (nas dimensões ecológicas, sociais, políticas, econômicas, educativas, etc).
NÚCLEO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Planejar e agir na transformação do etnoagroecossistema.	<p>3° SEMESTRE - Planejamento no Etnoagroecossistema Agrobiodiversidade; Leitura e análise da sustentabilidade de agroecossistemas; Sistemas Agroalimentares; Convivência com o semiárido; Economia Solidária; Planejamento participativo em campo; Cultura Corporal e Campesinato; Processos grupais e subjetivos em contextos rurais; Sistemas de Produção da Agricultura Familiar; Animais; PICC.</p> <p>4° SEMESTRE - Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema Etnoagroecossistemas de produção vegetal e animal; Redesenho de Etnoagroecossistemas; Metodologias de construção do conhecimento camponês; Economia Solidária; Feminismo; Expressões culturais do campesinato; Alimentação e sociedade; Educação do campo; PICC.</p>	Elaborar e iniciar a execução do planejamento participativo com os/as diferentes atores/atrizes do território onde o/a estudante se situa e/ou se relaciona com o Agro.
	Agir no etnoagroecossistema a partir da Agroecologia, Campesinato e Educação Popular.	<p>5° SEMESTRE - Atuação no Etnoagroecossistema Manejo de etnoagroecossistemas; Segurança e soberania alimentar; Processamento e conservação da produção familiar; Processos participativos de melhoramento genético de plantas e animais; Educação e Direitos Humanos; Extensão Rural Agroecológica, PICC.</p> <p>6° SEMESTRE - Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema Manejo de etnoagroecossistemas; Usos múltiplos da floresta; Gestão da água nos territórios camponeses; Sistematização de experiências; Gestão de resíduos, Libras, PICC.</p> <p>Tópicos Especiais - Agroecologia I e II.</p>	Executar o planejamento e sistematizar a ação desenvolvida no território onde o/a estudante se situa e/ou se relaciona com o Agro.
NÚCLEO DE CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS	Avaliar, analisar e sistematizar a ação no etnoagroecossistema.	<p>7° SEMESTRE - Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema Aplicação de metodologias de avaliação e análise da sustentabilidade; Sistematização de experiências; PICC. Estágio Curricular Obrigatório Agroecologia I (ESO); Tópicos Especiais - Agroecologia III e IV.</p> <p>8° SEMESTRE - Sistematização no Etnoagroecossistema Seminários de reflexão dos Projetos Interdisciplinares de Construção do Conhecimento (PICCs); Sistematização de experiências; Diálogos sobre Agroecologia. Estágio Curricular Obrigatório Agroecologia II (ESO); Tópicos Especiais - Agroecologia V e VI.</p>	Avaliar e analisar o processo vivenciado em toda a formação profissional.

11.1. ESTRUTURA DO CURSO

Quadro 5 - Funcionamento do curso de Agroecologia da UFRPE

	Vivência- Universidade	Vivência - Realidade/ Campo	Acompanha mento	Total	Carga Horária Teórico- Prática	Carga Horária Prática
1º semestre	295h	165h	35h	495h	300h	195h
2º semestre	295h	165h	35h	495h	300h	195h
3º semestre	295h	165h	35h	495h	300h	195h
4º semestre	295h	165h	35h	495h	300h	195h
5º semestre	295h	165h	35h	495h	300h	195h
6º semestre	295h	165h	35h	495h*	300h	195h
7º semestre	295h	165h	35h	495h**	300h	195h
8º semestre	295h	165h	35h	495h**	300h	195h
TOTAL	2360h**	1320h***	280h	3960h	3960h	
Atividades Complementares	180h					
TOTAL	4140h					
<p>*Inclui a carga horária optativa. **Inclui a carga horária optativa e ESO (240h). ***Inclui a carga horária da Curricularização da Extensão.</p>						

O curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE funciona por eixos orientadores anuais, subdivididos em 02 sub-eixos por ano, com ao todo 08 semestres, sendo o total de 4140h⁵. Tem por regime de matrícula o sistema flexível de carga horária.

O curso é realizado em regime de alternância, considerando os diferentes espaços de aprendizagem e a necessidade de preparar o/a profissional-educador/a para transformar sua própria realidade.

⁵ Salientamos que o curso difere dos cenários apresentados na Resolução n.2 de 18 de Junho de 2007, da Câmara do Ensino Superior do CNE, devido à organização por regime de alternância, considerando o tempo pedagógico fora da universidade como parte do currículo escolar, na medida em que será vivenciado a partir de atividades previamente planejadas e orientadas pelo Coletivo Docente em conjunto com os/as discentes.

O regime de alternância considera o processo pedagógico de forma holística, onde o espaço institucional é apenas um dos espaços de ensino-aprendizagem. Além disso, toma a realidade social como ponto de partida e chegada, enraizando a aprendizagem, dando sentido e significado ao conhecimento.

A opção pelo regime da alternância está diretamente relacionada ao objetivo do curso de contribuir para a construção de sociedades ecologicamente sustentáveis. Daí emerge a necessidade de valorização da cultura local e da história de vida do estudante, corresponsabilizando-o pelo futuro de sua comunidade, dando concretude ao objetivo da universidade de transformar a sociedade. Também está associada à necessidade de integrar a relação estudo-trabalho, especialmente para os/as estudantes do campo. A cultura do trabalho familiar rural sente dificuldade em dialogar com a lógica do sistema de ensino tradicional, porque este impõe que os filhos desses grupos saiam de casa por muito tempo, deixando o trabalho familiar. Com o regime de alternância, o/a estudante estabelece um diálogo entre o estudo e o trabalho familiar, além de contextualizar o processo de ensino-aprendizagem. Assim, as/os jovens estudam sem prejuízo da produção familiar, além de construir habilidades técnicas e levar inovações tecnológicas ao voltar.

Considerando essa proposta metodológica, temos que o processo educativo se estende a interação com as famílias e a comunidade dos/as educandos/as para a construção de conhecimentos significativos que tragam melhorias em todos os sentidos da vida dessas famílias e suas comunidades.

Diante disso, ao longo de todo o curso, cada semestre é organizado em dois tempos pedagógicos: vivência-universidade e vivência-realidade/campo.

A vivência universidade tem uma carga horária de 295h e é realizada em semanas alternadas ao longo do semestre, em regime integral. A vivência realidade/campo é realizada após cada vivência universidade, com um conjunto de atividades orientadas pelo Coletivo Docente do semestre, com uma carga horária de 165h. Além disso, o curso tem uma carga horária de 35h semestral de Acompanhamento (Ac), que contribui no desenvolvimento e acompanhamento das atividades da vivência realidade-campo. No total são 495h por semestre.

Tanto a vivência universidade, como a vivência realidade/campo possuem carga horária teórica e prática. Ao todo, temos por semestre uma carga horária teórico-prática de 300h e uma carga horária prática de 195h.

Cada semestre é organizado em cinco módulos. Sendo o primeiro módulo de imersão na realidade, três módulos de aprofundamento teórico-prático e um último módulo de culminância das atividades do semestre. Dentro desses módulos são organizados os momentos de vivência-universidade e momentos de vivência realidade/campo, conforme demonstra o quadro abaixo, onde podemos ver o exemplo de como se configura um semestre (Quadro 6).

Quadro 6 - Modelo de funcionamento do semestre

BACHARELADO EM AGROECOLOGIA DA UFRPE					
S e m e s t r e	M ó d u l o 1	1ª semana	Universidade	50h	Atividade de imersão na realidade
		2ª Semana	Universidade	50h	
		3ª Semana	Realidade/Campo	15h	Atividades orientadas
		4ª Semana	Realidade/Campo	15h	Atividades orientadas
	M ó d u l o 2	1ª semana	Universidade	50h	Módulo
		2ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
		3ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
		4ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
	M ó d u l o 3	1ª semana	Universidade	50h	Módulo
		2ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
		3ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
		4ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
	M ó d u l o 4	1ª semana	Universidade	50h	Módulo
		2ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas
		3ª Semana	Realidade/Campo	15h	Atividades orientadas
		4ª Semana	Realidade/Campo	15h	Atividades orientadas
	M 5	1ª semana	Universidade	45h	Culminância

O primeiro módulo de cada semestre é de imersão na realidade, sendo composto por: 03 dias de preparação, 06 dias de vivência na realidade e 03 dias de avaliação. Essa atividade poderá ser de intervivência, aula prática, visita orientada de observação ou outra metodologia. Esse momento de imersão abrange todos/as os/as professores/as e é o ponto de partida para a organização dos conteúdos do semestre. Ao final de cada módulo serão planejadas atividades a serem realizadas na vivência realidade/campo.

As imersões são planejadas em conjunto com os representantes do Conselho Consultivo, de forma a garantir uma estreita relação com as demandas sociais, garantindo que o processo formativo seja enraizado nas problemáticas e soluções dos territórios. Além disso, a partir do segundo período os estudantes são chamados a trazer seus territórios como espaço de vivência e debate coletivo.

As atividades orientadas durante o momento de vivência de realidade/campo são realizadas por meio de leituras de textos, atividades práticas, pesquisas, vivências, entre outras, previamente planejadas e dialogadas pelos/as professores/as responsáveis pelo semestre com os/as discentes.

Este modelo é modificado nos últimos semestres (7o e 8o) pois há componentes curriculares que acontecem somente nestes períodos (ESO e Tópicos Especiais - Agroecologia).

Cada módulo é composto por: retorno das atividades orientadas, aprofundamento teórico-prático e novas atividades orientadas. O Coletivo Docente do semestre realiza o acompanhamento pedagógico do momento de vivência realidade/campo. Esse Acompanhamento possui uma carga horária mínima pré-estabelecida para cada módulo e é realizado por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

As TICs são utilizadas de forma a garantir a superação das barreiras de tempo/espaço durante o tempo de vivência realidade-campo, sendo usadas principalmente ferramentas de videoconferência, possibilitando maior contato entre o Coletivo Docente e a turma. São realizados encontros de Acompanhamento tanto gerais, por turma, como por grupo territorial.

A carga horária mínima de Acompanhamento é prevista conforme tabela abaixo:

Quadro 7 - Modelo de funcionamento do semestre com Acompanhamento

BACHARELADO EM AGROECOLOGIA DA UFRPE						
S e m e s t r e	M ó d u l o 1	1ª semana	Universidade	50h	Atividade de imersão na realidade	
		2ª Semana	Universidade	50h		
		3ª Semana	Realidade/Campo	15h	Atividades orientadas	5h Ac
		4ª Semana	Realidade/Campo	10h	Atividades orientadas	
	M ó d u l o 2	1ª semana	Universidade	50h	Módulo	10h Ac
		2ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas	
		3ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas	
		4ª Semana	Realidade/Campo	10h	Atividades orientadas	
	M ó d u l o 3	1ª semana	Universidade	50h	Módulo	10h Ac
		2ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas	
		3ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas	
		4ª Semana	Realidade/Campo	10h	Atividades orientadas	
	M ó d u l o 4	1ª semana	Universidade	50h	Módulo	10h Ac
		2ª Semana	Realidade/Campo	20h	Atividades orientadas	
		3ª Semana	Realidade/Campo	10h	Atividades orientadas	
		4ª Semana	Realidade/Campo	10h	Atividades orientadas	
M 5	1ª semana	Universidade	45h	Culminância		

Esse momento de Acompanhamento utilizando as TICs está em sintonia com o Parecer 14/2022 do CNE/CP que reconhece o hibridismo como possibilidade para lidar com a necessidade de avançarmos em propostas pedagógicas que avancem na conexão com as práticas sociais e o mundo do trabalho, considerando a educação com um processo complexo e articulado que envolve diferentes tempos, espaços, atores/atrizes e experiências. A partir disso, vendo nas TICs potencial para mediar essas diferenças e fazer avançar essa compreensão mais complexa da educação.

A organização semanal dos módulos teórico-práticos abrange os três turnos – manhã, tarde e noite, de segunda a sábado, com carga horária total de 50h (a exceção do módulo de imersão), conforme modelo abaixo:

Quadro 8 - Modelo de funcionamento semanal

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
8h às 12h	8h às 12h	8h às 12h	8h às 12h	8h às 12h	8h às 12h	----
----	----	----	----	----	----	----
14h às 18h30	14h às 18h	14h às 18h30	14h às 18h	14h às 18h	----	----
----	----	----	----	----	----	----
----	19h20 às 21h50	----	19h20 às 21h50	----	----	----
8h30	10h30	8h30	10h30	8h	4h	
50h						

Esta forma de organização pode ser reorganizada conforme as necessidades de ajustes apontadas pela programação planejada pelo Coletivo Docente em cada semestre.

12. METODOLOGIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem será orientado para formação de profissionais-educadores/as em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável do campo brasileiro, colocando em prática processos de atuação nos etnoagroecossistemas, fundados em uma formação crítico-reflexiva-criativa e comprometida com a democratização e a transformação da sociedade a partir do protagonismo dos agricultores familiares.

O curso está respaldado na experiência acumulada nos mais de 40 anos da Licenciatura em Ciências Agrícolas, adotando métodos de ensino que possibilitem a problematização da realidade do campo e da cidade, a construção participativa de conhecimentos e a integração de conteúdos. Sua orientação metodológica se estrutura de

forma inovadora desde a organização do tempo pedagógico (como apresentado anteriormente, divididos em vivência universidade e vivência realidade/campo), até a forma de estruturação das atividades didáticas, os métodos de ensino-aprendizagem e de avaliação.

Alguns princípios metodológicos são estruturadores da proposta:

O ponto de partida é sempre a leitura da realidade, do contexto onde os/as estudantes estão inseridos/as, para que se apropriem de forma crítica dessa realidade. Essa realidade também é um ponto de chegada, a partir do momento que o processo de construção do conhecimento é realizado, tendo o/a participante como sujeito/a crítico, criativo e agente de transformação da realidade.

O percurso pedagógico tem a inter e a transdisciplinaridade como princípios, abrindo espaço para o diálogo de saberes, que favorece processos de construção de conhecimento e apropriação para autonomia e emancipação do sujeito.

O curso foi estruturado de forma a garantir durante toda a trajetória formativa a importância pedagógica do sentir, considerando os/as participantes do processo de ensino-aprendizagem como um todo articulado, que não apenas pensa, mas sente e a construção do conhecimento se dá também a partir deste sentir. Com isso, valorizando o autoconhecimento, o olhar para dentro, reconhecendo-se para além da formação técnica, considerando as expectativas e os sonhos, considerando a formação de um sujeito integral.

Todos/as os/as participantes do processo estão em formação: docentes, discentes, gestores, técnicas/os-administrativas/os e parceiros/as. De forma que a experiência educativa será vivenciada por todas/os, a partir de seu lugar no trajeto pedagógico do curso, de forma compartilhada e corresponsável.

Para garantir estes princípios, o curso se embasa na educação popular, teórica e metodologicamente, de forma a buscar alcançar a construção de um novo paradigma para a ação educativa no ensino superior e nas ações pedagógicas de forma geral.

Tomando como base a educação popular, construir um novo paradigma educacional supõe fazer uma opção epistemológica que nos permita pensar nos desafios globais da “nossa América” (José Martí), recuperando da “visão dos vencidos” (Leopoldo Zea) a força que emerge de um continente “infinito para criação” (J. Maria Arguedas),

onde o “realismo mágico é parte do cotidiano” (G. García Márquez) e que tem a possibilidade de imaginar um projeto de sociedade que não seja “nem imitação nem cópia, mas criação heróica” (J. Carlos Mariátegui). Definitivamente, uma ruptura epistemológica e uma afirmação política que supõe “optar pelo povo como sujeito” (J. Luis Rebellato), capaz de construir “a história como possibilidade... porque não somos simplesmente objeto da história, mas igualmente seus sujeitos” (Paulo Freire). Uma ética solidária, um novo mundo possível no atual contexto, apenas tem sentido e viabilidade a partir dos excluídos, os quais poderiam assumir “a responsabilidade planetária dirigida, não à sobrevivência da espécie, mas à consecução de uma vida realmente humana, radicalizando a democracia na sociedade mundial” (A. Ibáñez).

Assim, a educação popular latino-americana é, ao mesmo tempo, um fenômeno sociocultural e uma concepção de educação. Como fenômeno sociocultural, a educação popular faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora. São paradoxais, na medida em que buscam expressar relações de solidariedade em um mundo que prega o individualismo. Inclusive, pretendem fortalecer a autoestima, a autonomia e o protagonismo, precisamente dos setores sociais que são excluídos pela lógica que impera. São, portanto, contestadoras, com potencial capaz de influir com profundidade; ao mesmo tempo são frágeis e insuficientes perante a força do sistema, ao qual se opõe.

Como concepção educacional, a educação popular está apoiada em uma filosofia da práxis educacional entendida como um processo político-pedagógico centrado no ser humano como sujeito histórico transformador, que se constitui socialmente nas relações com os outros seres humanos e com o mundo. Por isso, esta concepção educacional está baseada em princípios políticos que apostam na construção de relações de poder equitativas e justas nos diferentes âmbitos da vida e em uma pedagogia crítica e criadora, que busca o desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas: cognitivas, psicomotoras, emocionais, intelectuais e valorativas, que considera, portanto, a interdependência entre as racionalidades e subjetividades.

Assim, é possível afirmar que, a educação popular deve ser entendida sempre como produto da história latino-americana, particularmente vinculada aos esforços transformadores dos setores, processos e movimentos sociais e políticos do continente,

que sofrem, lutam por eliminar as assimetrias de todo tipo. Por isso, acreditamos que é função dos desafios históricos figurar os esforços de análise crítica e de re-fundamentação produzidos a partir do campo da educação popular.

Por essa razão, nosso desafio no curso é “ressignificar” a educação popular latino-americana. Ou seja, redescobrir e recriar os seus sentidos (utópicos e concretos), em função dos dilemas e desafios que enfrentamos, tanto nos contextos particulares dos diferentes etnoagroecossistemas locais, como em relação ao contexto global. Realizar um olhar crítico, situado historicamente, que promova diálogos e debates profundos e construtivos, teóricos e práticos, levando em conta as diversidades, da mesma forma que as buscas paradigmáticas comuns.

Nessa perspectiva, o curso se propõe a um tipo de educação que possibilite às pessoas se desenvolverem como sujeitos/as e atores/atrizes sociais:

a) Capazes de romper com a ordem social que impera e que nos é imposta como única possibilidade histórica (o modelo de globalização neoliberal);

b) Capazes de imaginar, propor e criar novos espaços e relações no nosso ambiente local, nas nossas cidades, no nosso estado, na nossa região, no nosso país e nas instâncias internacionais;

c) Capazes de questionar os estereótipos e padrões ideológicos e de valor vigentes como verdades absolutas (o individualismo, a competência, o mercado como regulador das relações humanas...);

d) Capazes de desenvolver nossas potencialidades racionais, emocionais e espirituais como homens e como mulheres, superando a socialização de gênero patriarcal e machista e construindo novas relações de poder na vida cotidiana e no sistema social;

e) Capazes de aprender, desaprender e reaprender permanentemente (apropriando-se de uma capacidade de pensar e de uma propedêutica e metodologia, mais do que de conteúdos terminados);

f) Capazes de suscitar uma disposição vital solidária com o entorno social e com o meio-ambiente como expressão e hábitos cotidianos;

g) Capazes de se afirmarem como pessoas autônomas, ao mesmo tempo em que como seres dialógicos, na busca e na construção coletiva.

Para isso, buscamos inspiração em algumas das chamadas metodologias ativas, que se propõem a qualificar os processos de ensino-aprendizagem, com métodos inovadores, nos quais os/as estudantes assumem uma postura ativa no processo de construção do conhecimento. Alguns exemplos destas metodologias estão nas propostas da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e na Pedagogia de Projetos (PP).

Em relação a ABL, Mitre et al (2008) nos explica:

Na ABP, parte-se de problemas ou situações que objetivam gerar dúvidas, desequilíbrios ou perturbações intelectuais, com forte motivação prática e estímulo cognitivo para evocar as reflexões necessárias à busca de adequadas escolhas e soluções criativas. (...)

(...) Com efeito, podem ser pontuados como principais aspectos da ABP: (1) a aprendizagem significativa; (2) a indissociabilidade entre teoria e prática; (3) o respeito à autonomia do estudante; (4) o trabalho em pequeno grupo; (5) a educação permanente; (6) a avaliação formativa.

De acordo com a autora, o elemento central desta proposta está na promoção da autonomia dos estudantes, com consciência sobre seu próprio conhecimento e habilidades para trabalhar coletivamente. Além disso, “a perspectiva de não-completude da formação (expressa no conceito/práxis de educação permanente) e a estruturação do processo de avaliação formativa e contínua - os quais esmaecem, de fato, as diferenças entre as vidas universitária e profissional” (p.).

Sobre a Pedagogia de Projetos, ao caracterizá-la, Nogueira (2007) afirma que é preciso diferenciá-la do simples ato de realizar ações previamente discutidas pelas coordenações pedagógicas e delegadas à execução pelos/as estudantes. Nos termos do autor:

Numa visão macro, um projeto, por exemplo, temático, é antecedido de um sonho, uma necessidade, um interesse em projetar, uma vontade de conhecer mais e, portanto, investigar um tema e/ou assunto(...) são esses os fatores impulsionadores que levam o sujeito a iniciar sua busca, sua pesquisa, a caminhada para descoberta e as ações de investigação, dando espaço para o surgimento do novo. Todo esse processo é permeado por ações, do sujeito ou de um coletivo, que levam à efetiva realização do projeto (NOGUEIRA (2007, p:77)).

Com esses aportes, seja trabalhando com ABP ou com a Pedagogia de Projetos ou com outra metodologia ativa, cada eixo será planejado e executado por um Coletivo Docente (com uma média de seis a oito professores/as), organizado de acordo com os conhecimentos que se deseja construir naquele eixo/semestre.

Nesta escolha metodológica, o território é o ponto de partida e chegada para o processo de construção do conhecimento através da ação de extensão que fornecerá elementos para as atividades de ensino e pesquisa. O território aqui entendido não apenas como o conjunto de sistemas naturais e materiais, mas como identidade, pertencimento, como “o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002, p.10), definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo essencialmente um instrumento de exercício de poder (SOUZA, 1995, p.78-79). Nossa estrutura metodológica está apoiada na necessidade de aprofundar essa relação com o território por parte dos/as sujeitos/as que fazem parte dele.

Três elementos são fundamentais para isso:

1. *A organização em tempos pedagógicos*: Vivência realidade/campo e Vivência universidade. Estes tempos garantem a efetivação do diálogo de saberes, articulando permanentemente universidade e sociedade. O tempo pedagógico da vivência realidade/campo é realizado durante todo o curso, fazendo do território onde o/a estudante reside e/ou atua o espaço/lugar de estudo, análise e atuação profissional. Esse território é reconhecido como um lugar de produção de conhecimento, que a partir do diálogo com os saberes acadêmicos durante o tempo pedagógico da vivência-universidade poderá ser potencializado, ampliando e qualificando-o.

Entendemos o agroecossistema familiar no qual o/a estudante está imerso, seja rural ou urbano, como uma unidade pedagógica. Propomos que cada estudante, “adote” um agroecossistema como um lugar especial de estudo e atuação, onde realizará suas pesquisas, exercícios e vivências. Com isso, estimulamos o pertencimento e a valorização dos/as estudantes ao agroecossistema em que vivem, iniciando com a observação do seu território nas suas diferentes dimensões: sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas. É nestes lugares (agroecossistemas rurais ou urbanos) que, ao longo do curso, cada estudante poderá exercitar processos educativos coletivos de atuação e transformação.

Outro aspecto importante é que a perspectiva orientadora do processo de construção do conhecimento é o "Território Vivo", ou seja, um lugar onde se possa experienciar cada vez mais as diferentes dimensões da sustentabilidade. E isso acontece sempre através de processos coletivos, envolvendo diferentes atores. Assim, o

agroecossistema torna-se um desafio no sentido de repensar este lugar, de socializar e de partilhar, considerando os processos de troca e transformação da realidade.

As ferramentas das TICs têm um papel fundamental como elo entre esses tempos pedagógicos, sendo utilizadas para registro e arquivo das tarefas e produções realizadas, comunicação entre os/as envolvidos/as no processo e acompanhamento e orientação das atividades no campo.

2. *Todo primeiro tempo pedagógico de vivência-universidade do semestre consiste numa vivência de campo*, tomando territórios específicos como exemplos para estudo, análise, atuação e avaliação durante todo o curso. A partir desses exemplos, os/as estudantes podem analisar com maior propriedade as suas próprias realidades.

3. *A existência de um Conselho Consultivo* com representantes de movimentos sociais e entidades governamentais e não governamentais, que atuam de forma permanente nos territórios, e que planejam, monitoram, apoiam e são apoiados pelo curso.

Destarte, o curso garante os 10% de extensão previstos na Resolução 220/2016, para atender a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para os cursos de graduação, estabelecendo um processo de diálogo permanente com a sociedade, de forma orgânica e articulada, efetivando a chamada curricularização da extensão, viabilizando “a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”, conforme compreensão de extensão universitária do Fórum de Pró-reitores (I FORPROEX, 1987), presente na Resolução Nº 148/2004 da UFRPE. Além disso, estabelece condições para possibilitar a prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao longo do processo formativo (contemplando cada um dos eixos), a construção de conhecimento no curso se dá, fundamentalmente, a partir do uso de quatro ferramentas pedagógicas:

1) *Seminários Teóricos e Práticos (Sementes)*

São as diferentes formas de pesquisa, discussão e construção sobre/de fundamentos, conceitos, princípios e habilidades. Eles são planejados utilizando-se das diferentes técnicas de ensino, no espaço físico da UFRPE ou fora dele. São também considerados todos os espaços que permitam vivências práticas agroecológicas, na amplitude e complexidade de sua interdimensionalidade (Estágios Interdisciplinares de

Vivência; Jornada dos Povos; Caravanas Agroecológicas, Diálogos sobre Agroecologia, Assembleia Xucuru, Intercâmbios, Imersão em campo, dentre outros).

2) Atividades Humanísticas e Culturais (Seivas)

Voltadas para fomentar a formação integral dos/as estudantes, permitem que o processo formativo extrapole a dimensão da técnica, tão enfatizada nos bacharelados. Estas atividades estimulam a criação artística, o autoconhecimento, o cuidado e a busca da espiritualidade, através da reflexão mística, das terapias holísticas em grupo, do teatro, da dança, da música, da poesia, do desenho em quadrinhos, do bordado etc, através de ferramentas didáticas usadas pelos/as professores/as, das ações dos/as discentes a partir dos grupos de autogestão e/ou projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, estão presentes de forma permanente nas Semanas de Culminância.

3) Semana de Culminância (Flores)

A cada semestre, o último módulo é destinado à realização da Semana de Culminância do semestre. Ela consiste em uma atividade nos moldes das que eram realizadas no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, como um exercício multidisciplinar que envolve todas as temáticas de cada período. Durante a Semana de Culminância, as/os estudantes matriculados/as naquele período buscarão apresentar uma síntese de aprendizagens a partir do objetivo definidor de cada semestre. Os/as estudantes de cada período se reunirão para definir entre si o tema do trabalho a ser apresentado. Eles/as assumem papel ativo no processo de aprendizagem, de forma cooperativa, pois deve ser uma construção coletiva envolvendo todos/as da turma, organizados a partir dos territórios. As apresentações podem ser realizadas em diferentes linguagens, devendo apresentar as principais ideias discutidas no semestre. Como atividade oficial do calendário acadêmico do curso, é considerada como parte do processo de avaliação da aprendizagem.

4) Projeto Interdisciplinar de Construção do Conhecimento - PICC (Frutos)

Ao ingressar no Bacharelado em Agroecologia da UFRPE cada estudante será orientado/a por um/a docente que o acompanhará ao longo de cada semestre. Esse/a orientador/a terá o papel de colaborar na construção e acompanhamento do Projeto Interdisciplinar de cada estudante, que deve ser atualizado semestralmente, dependendo da necessidade, buscando contemplar o diálogo das intenções individuais com as

temáticas/conteúdos de cada eixo. O PICC pode contemplar atividades de extensão, pesquisa e ensino, aprofundando temáticas específicas de cada estudante, contextualizando conhecimentos e fomentando capacidades particulares de cada um/a deles/as. Para viabilizar a operacionalização, cada orientador/a pode oferecer Grupos de Produção do Conhecimento, que podem computar a carga horária destinada ao PICC em cada Eixo/Semestre nas Atividades Complementares.

Ao final do curso, cada estudante realizará um Trabalho Final com a sistematização da experiência vivenciada no curso, incluindo o estágio obrigatório, que será apresentado a uma Comissão Avaliadora composta por três docentes do curso (orientador/a do PICC e mais dois/duas), podendo ser incluídas outras pessoas na comissão que tenham se envolvido diretamente na formação do estudante.

12.1 GRUPOS DE AUTOGESTÃO

Para garantir o protagonismo dos/as estudantes no fazer pedagógico cotidiano do curso são propostos Grupos de Autogestão. Consideramos que na vivência da agroecologia, os processos educativos estão por toda parte e é sempre importante discutí-los a partir da capacidade coletiva de um grupo de organizar, coordenar e gerir cada momento pedagógico, envolvendo educadores/as e educandos/as na construção do conhecimento e na gestão do trabalho pedagógico, seja ele dentro ou fora da sala de aula, na educação formal ou na educação popular. Buscamos trabalhar no sentido da pedagogia da autogestão a partir da experiência de educação popular de diferentes movimentos sociais que buscam democratizar as relações educativas a partir do *“fortalecimento dos princípios da igualdade e liberdade na incidência na construção de processos pedagógicos construindo estratégias de partilha e corresponsabilidade no processo de ensino-aprendizagem quanto aos conteúdos, às ferramentas pedagógicas, à produção das sínteses resultantes das reflexões, entre outras questões.”* (Vilaça e Dubeux, 2018). Os grupos de autogestão devem promover a incorporação da corresponsabilidade entre estudantes, docentes e parceiros/as no percurso formativo, buscando construir juntos as trilhas do conhecimento.

Assim, o curso propõe uma organização inicial em 04 grupos:

1) Cuidado e Infraestrutura

Tem como objetivo orientar pedagogicamente o grupo para o cuidado com: a) o ambiente, os diversos espaços de realização das atividades do curso; b) com o tempo das atividades, ajudando na pontualidade, início, retomada e conclusão dos trabalhos; c) com o material pedagógico utilizado nas atividades; d) com as pessoas, quanto a disponibilidade de água, alimentos, ventilação ou outras necessidades do grupo relacionadas à infraestrutura. Esta comissão fica também responsável pela facilitação do bem-estar humano, apoiando em casos de pequenos problemas de saúde, com auxílio da coordenação quando necessário, ou ainda prevendo momentos de relaxamento, massagem, toques, entre outros. A comunicação sobre isso pode ser feita de diversas formas: com informes visuais (placas, cartazes, etc), com mensagens virtuais, avisos durante as aulas, entre outros.

2) Avaliação

Tem como objetivo orientar pedagogicamente o grupo para a realização permanente da avaliação do processo educativo em curso, visando aperfeiçoá-lo cotidianamente. Isso pode ser feito a partir de diversas estratégias: questionários, dinâmicas, entre outros. Deve envolver todo o grupo e ter uma sistematização frequente dos acordos/procedimentos a serem realizados, reforçados ou evitados a partir da avaliação.

3) Registro, sistematização e Comunicação

Tem como objetivo orientar pedagogicamente o grupo para o registro e sistematização do conteúdo e das atividades realizadas pelo grupo ao longo do curso, visando garantir o acompanhamento consciente por todos/as do processo formativo cursado, além de registrar historicamente o percurso vivido. Isso pode ser feito por diversos meios: áudio, vídeo, material escrito, entre outros, devendo a comissão manter organizado e fazer uma sistematização no final de cada tempo universidade a partir do que foi registrado.

4) Cultura e mobilização

Tem como objetivo orientar pedagogicamente o grupo para a animação cultural do processo educativo. Este grupo deverá planejar e realizar as místicas diárias, buscando

sempre a conexão com o processo educativo como um todo. Além disso, propõe momentos de celebração, para integração do grupo e socialização de saberes. Pode ainda realizar estratégias de ampliação do acervo cultural do grupo, por meio do acesso a bens culturais e artísticos diversos ao longo do percurso formativo. Isso é feito por diversos meios: organização de passeios, festas, mostras artísticas, entre outros. A comissão deve ainda buscar organizar processos de mobilização do grupo, de atores nos territórios, entre outros, no sentido de fortalecer o processo pedagógico e permitir que o grupo caminhe de maneira mais coesa.

12.2. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

A acessibilidade metodológica implica em possibilitar que os/as estudantes com deficiência possam acessar o conhecimento sem a presença de barreiras nos métodos e técnicas de ensino, promovendo um processo de ensino e aprendizagem de forma qualitativa e autônoma.

Nesta perspectiva, a acessibilidade metodológica no curso de Agroecologia é proposta a partir da identificação das necessidades específicas e potencialidades do/a estudante com deficiência. A partir desta identificação, o curso buscará viabilizar a equiparação das condições de aprendizagem de estudantes com deficiência através da adaptação dos eixos temáticos, tradução e interpretação em Libras, leitores de tela, softwares ampliadores de comunicação alternativa, aquisição de livros em Braille, texto impresso e ampliado, descrição de slides, envio de materiais de forma antecipada, Lupa manual e eletrônica. Para auxiliar os/as docentes na promoção da acessibilidade metodológica, o curso contará com o apoio e orientação da equipe de profissionais do NACES.

12.3. AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A prática avaliativa do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE está articulada com os princípios orientadores do curso, de educação contextualizada, formação crítica e humanizada e diálogo de saberes. Diante disso, a avaliação ocupa papel importante como instrumento de análise do processo pedagógico pelos/as diferentes sujeitos/as envolvidos/as. Mais do que identificar se os/as estudantes assimilaram um conjunto de conceitos pré-estabelecidos por parte do/a professor/a, a avaliação visa analisar se foram alcançados os objetivos individuais e coletivos estabelecidos inicialmente para o percurso formativo, identificando os avanços e limites e apresentando sugestões para continuidade do processo, de forma participativa e corresponsável.

Comporão o sistema avaliativo, as diversas atividades orientadas realizadas ao longo do semestre nas vivências universidade e nas vivências realidade/campo. Além disso, momentos de avaliação individual (autoavaliação) e coletiva dos processos do semestre, assim como, as produções realizadas na Semana de Culminância.

As atividades serão diversas, explorando diferentes habilidades (textos escritos, apresentação de trabalhos, produções artísticas, seminários, entre outras).

Os docentes do período formarão o *Coletivo Orientador* de cada semestre, e atribuirão nota (de zero a dez pontos) para cada estudante, a partir da avaliação da construção de conhecimento desenvolvida naquele período, em acordo com o calendário acadêmico da UFRPE e os períodos designados para as Verificações da Aprendizagem, em conformidade com o Regulamento Geral da Graduação.

13. ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Os Estágios dos cursos de graduação na Universidade Federal Rural de Pernambuco são regulamentados em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, pelo Regulamento Geral da Graduação, Resolução nº 526/2022 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE.

De acordo com a Lei 11.788 de 26/09/2008, Art. 1º, o estágio é “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”. Ainda de acordo com a lei 11.788/2008, tem como objetivo o “aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do/a educando/a para a vida cidadã e para o trabalho”.

De acordo com o Regulamento Geral da Graduação, Resolução CEPE 526/2022, o estágio na UFRPE pode ser de duas modalidades: o estágio obrigatório (ESO) e o estágio não obrigatório (ENO). O ENO é o estágio extracurricular que pode ser desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Já o ESO é um componente curricular obrigatório que já está previsto na carga horária do curso.

O Estágio, no curso de Bacharelado em Agroecologia, visará ampliar a gama de experiências profissionais vivenciadas para integrar a formação realizada em todo o curso. Neste sentido, o estágio cumprirá seu objetivo primordial, na medida em que será mais um instrumento do percurso formativo de articulação teoria-prática. Ele poderá ser realizado em todos e quaisquer espaços nos quais se realize a produção do conhecimento agroecológico de forma articulada com o campesinato e em consonância com os princípios da educação popular. Esta avaliação caberá à coordenação do curso tanto no ENO quanto no ESO.

O Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) no curso de Bacharelado em Agroecologia será preferencialmente realizado de forma coletiva. Orientar a escolha/planejamento do ESO é responsabilidade do/a orientador/a do PICC em conjunto com a coordenação do curso. Tal decisão deve ser subsidiada pela trajetória do/a estudante ao longo do curso e promover a ampliação do acervo de experiências profissionais proporcionadas no processo de formação.

No Estágio Curricular Obrigatório, o/a estudante cumprirá quatro etapas ao longo do processo: 1) Diagnóstico da instituição/organização/entidade/experiência, 2) Planejamento da vivência junto a instituição/organização/entidade/experiência; 3) Vivência na instituição/organização/entidade/experiência; 4) Avaliação do Estágio; 5) Elaboração de Relatório Final. Estas etapas totalizarão 240h, distribuídas nos dois últimos semestres: 7º período - ESO I e 8º período - ESO II). Em casos específicos, devidamente justificados, poderão ser realizadas as 240h no mesmo semestre.

Em cada período, as 120h serão organizadas em: 15h de Vivência Universidade, 100h de Vivência Realidade Campo e 5h de Acompanhamento. O/A estudante deverá estar matriculado/a no componente curricular.

Os relatórios finais do estágio compreenderão uma sistematização da experiência vivenciada que deverão compor o Trabalho Final do PICC. Deve-se primar pelos processos de devolutiva às instituições/organizações/entidades/experiências envolvidas nos processos de aprendizagens do estágio.

O Estágio Supervisionado Não-Obrigatório no curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE é uma atividade facultativa, que poderá ser vivida pelo/a estudante/a a partir das oportunidades surgidas ao longo de sua trajetória acadêmica. O/A estudante poderá realizá-lo a partir do 5o período. Visando a integralização do curso, o Estágio Extracurricular pode ser equiparado como Atividade Complementar, sendo classificado como Vivência Profissional Complementar, com carga horária mínima de 30h e máxima de 160 horas.

É importante destacar que o estágio, seja o obrigatório ou o não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e para sua realização é necessário preencher os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do/a educando/a em curso de educação superior e atestado pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o/a educando/a, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

As ações de competência da Coordenação Geral de Estágio, Coordenação de curso, orientador/a de estágio, estudante estagiário/a e supervisor/a do estágio estão determinadas pelo Regulamento Geral da Graduação, Resolução CEPE 526/2022.

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas pelo/a discente no decorrer do curso poderão ser equiparadas ao ESO, e vice-versa, desde que demonstrem a devida compatibilidade com os objetivos do componente na formação acadêmica do/a estudante. Para isso, o/a discente deverá enviar solicitação por meio de processo, com os devidos documentos em cada caso, para análise pela coordenação do curso da compatibilidade entre as atividades para equiparação. A coordenação de curso procederá conforme orientação do Regulamento Geral da Graduação, Resolução CEPE 526/2022.

14. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)

As Atividades Complementares são atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão sobre temas relativos à Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, relevantes para a formação do Bacharel. Têm como finalidade propiciar saberes e habilidades que enriqueçam o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a ampliação dos conhecimentos didáticos, curriculares, científicos e culturais. Também tem a finalidade de propiciar que os/as estudantes aprofundem seus conhecimentos, por meio de atividades realizadas dentro e fora da Universidade.

As Atividades Complementares têm uma carga horária total de 180h e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de entrada e conclusão do curso, sendo obrigatório para a graduação do/a discente.

De acordo com o Regulamento da Graduação, Resolução CEPE/UFRPE N° 526/2022, a carga horária total dos componentes curriculares complementares, definida no Projeto Pedagógico de Curso, pode ser fracionada de acordo com sua natureza.

A partir do 6º período, os/as estudantes devem integralizar a carga horária dos Componentes Curriculares Complementares ao seu currículo através de procedimento processual. Devem ser realizadas no mínimo em duas categorias.

No SIGAA os Componentes Curriculares Complementares tem o termo técnico Atividades Autônomas.

As Atividades Complementares a serem consideradas neste PPC são:

Ensino

I. Atividades de ensino - Aquelas atividades vinculadas a práticas pedagógicas de educação formal e não-formal, que não sejam específicas para licenciados/as. Tais como: Programa de Monitoria, Programa de Educação Tutorial, BIA, entre outros.

II. Discussões temáticas - Exposições programadas pelos docentes e realizadas pelos/as estudantes, que podem incluir estudos de casos, palestras, seminários e resolução de situações problema e outros, cujos objetivos sejam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e o aprofundamento de novas abordagens temáticas;

Pesquisa

III. Iniciação à pesquisa - Conjunto de atividades ligadas a programas e projetos de pesquisas desenvolvidas pelo/a estudante, sob orientação do/a docente (PIBIC, PIBITI e outros Projetos e Publicações Técnico-científicas). Para cômputo da carga horária e crédito de Publicações Técnico-Científicas, o/a estudante deverá comprovar sua participação em trabalho na área de atuação do curso e anexar cópia do resumo ou trabalho integral, publicado nos anais do evento ou em periódico indexado;

Extensão

IV. Vivências profissionais complementares - Atividades que têm o objetivo de proporcionar ao/a estudante, oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional, incluindo-se aqui o estágio não-obrigatório.

V. Programas, projetos e cursos de extensão - Ações sistemáticas ou assistemáticas, de caráter educativo, cultural, artístico, científico e/ou tecnológico, que envolvem docentes, estudantes e técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, mediante ações, sistematizadas.

VI. Eventos - Atividades realizadas, no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de produzir, sistematizar, divulgar e intercambiar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação. Os eventos podem ser na forma de: a - mostras; b - encontros; c - seminários; d - simpósios; e - oficinas; f - congressos; g - colóquios; h - jornadas; i - conferências; j - mesas redondas; k - fóruns; l - exposições científicas e/ou pedagógicas; m - debates ou ciclo de debates; n - reuniões técnicas;

VII. Produtos - Aqueles susceptíveis à disseminação e intercâmbio de saberes e inovações, desenvolvidos a partir de demandas da sociedade, ou como resultado do desenvolvimento de pesquisas. Podem ser classificados como: a - instrumentos de avaliação de situações, processos e produtos; b - kits pedagógicos; c - relatórios, artigos técnicos e similares; d - publicação didático-pedagógica e de divulgação técnico-científico-artístico-cultural; e - patentes e produtos gerados pela Universidade; f - sistemas de Informação.

VIII Prestação de serviços - Ação de interesse social decorrente da identificação e monitoramento de situações-problemas apresentadas pela sociedade. Pode ser realizada sob a forma de: a - realização de assessoria, consultoria e atividade assistencial; b - realização de levantamentos, inventários, caracterizações e/ou estudos; c - definição de políticas, programas, projetos e/ou planos de ação; d - realização de diagnósticos, laudos, pareceres, perícias, ensaios, análises laboratoriais e similares; e - atendimentos, aconselhamentos, orientações, tratamentos, terapias, consultas; desenvolvimento de experiências-piloto e/ou modelo, campanhas.

15. MATRIZ CURRICULAR

A partir da organização em eixos, cada semestre tem um único componente curricular composto por um grupo de temáticas, como exposto no quadro abaixo.

Quadro 9 - Matriz Curricular do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE

SEM.	Componente Curricular	C. H.	Código
1º	<u>Conhecer o etnoagroecossistema</u> Abordagem sistêmica da Vida; Agroecologia; Ecossistemas; Relação ciência, construção do conhecimento e natureza; Educação Popular e Cultura; Campesinato, Modos de Vida e Agriculturas; Solos; Movimentos sociais e questão agrária; PICC.	495h	05509
	<u>Diagnóstico do etnoagroecossistema</u> Modos de apropriação da natureza e racionalidade camponesa; Economias; Ecologia dos ecossistemas; Meio ambiente, sustentabilidade e subjetividade; Naturezas em Movimento; Educação em Agroecologia; Investigação-ação participativa; Solos; Plantas; Educação, diversidade e relações étnico-raciais; PICC.	495h	05510
3º	<u>Planejamento no Etnoagroecossistema</u> Agrobiodiversidade; Leitura e análise da sustentabilidade de agroecossistemas; Sistemas Agroalimentares; Convivência com o semiárido; Economia Solidária; Planejamento participativo em campo; Cultura Corporal e Campesinato; Processos grupais e subjetivos em contextos rurais; Sistemas de Produção da Agricultura Familiar; Animais; PICC.	495h	05511
	<u>Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema</u> Etnoagroecossistemas de produção vegetal e animal; Redesenho de Etnoagroecossistemas; Metodologias de construção do conhecimento camponês; Economia Solidária; Feminismo; Expressões culturais do campesinato; Alimentação e sociedade; Educação do campo; PICC.	495h	05512
5º	<u>Atuação no Etnoagroecossistema</u> Manejo de etnoagroecossistemas; Segurança e soberania alimentar; Processamento e conservação da produção familiar; Processos participativos de melhoramento genético de plantas e animais; Educação e Direitos Humanos; Extensão Rural Agroecológica, PICC.	495h	05513
	<u>Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema</u> Manejo de etnoagroecossistemas; Usos múltiplos da floresta; Gestão da água nos territórios camponeses; Sistematização de experiências; Gestão de resíduos, Libras, PICC.	420h	05514
6º	Tópicos Especiais - Agroecologia I e/ou II*	75h	05515 / 05516
	<u>Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema</u> Aplicação de metodologias de avaliação e análise da sustentabilidade; Sistematização de experiências; PICC.	300h	05517
	Tópicos Especiais - Agroecologia III e/ou IV*	75h	05518 / 05519
7º	Estágio Curricular Obrigatório Agroecologia I (ESOBACEP I)	120h	05520
	<u>Sistematização no Etnoagroecossistema</u> Seminários de reflexão dos Projetos Interdisciplinares de Construção do Conhecimento (PICCs); Sistematização de experiências; Diálogos sobre Agroecologia.	300h	05521
	Tópicos Especiais - Agroecologia V e/ou VI*	75h	05522 / 05523
8º	Estágio Curricular Obrigatório Agroecologia II (ESOBACEP II)	120h	código a ser.
	Atividades Complementares (serão realizadas ao longo de todo o curso)	180h	

*Em cada semestre, cada estudante cursa pelo menos um dos Tópicos Especiais

O 6º, 7º e 8º período incluem, além das temáticas dos semestres, os componentes curriculares optativos e os ESO).

15.1 SÍNTESE DOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS

Quadro 10 - Síntese dos Componentes Obrigatórios

Per	Nome	Carga Horária				Pré-requisitos
		Total	VU	VR	Ac	
1º	Conhecer o etnoagroecossistema	495h	295h	165h	35h	Nenhum
2º	Diagnóstico do etnoagroecossistema	495h	295h	165h	35h	Conhecer o etnoagroecossistema
3º	Planejamento no Etnoagroecossistema	495h	295h	165h	35h	Diagnóstico do etnoagroecossistema
4º	Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema	495h	295h	165h	35h	Planejamento no Etnoagroecossistema
5º	Atuação no Etnoagroecossistema	495h	295h	165h	35h	Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema
6º	Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema	420h	245h	145h	30h	Atuação no Etnoagroecossistema
7º	Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema	300h	230h	45h	25h	Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema
	Estágio Curricular Obrigatório Agroecologia I	120h	15h	100h	5h	ESOBACEP I
8º	Sistematização no Etnoagroecossistema	300h	230h	45h	25h	Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema
	Estágio Curricular Obrigatório Agroecologia II	120h	15h	100h	5h	ESOBACEP II
TOTAL		3735h	2210h	1260h	265h	

Legenda: VU - Vivência Universidade; VR - Vivência Realidade-Campo; Ac - Acompanhamento.

15.2 SÍNTESE DOS COMPONENTES OPTATIVOS*

Quadro 11 - Síntese dos componentes optativos

	Nome	Carga Horária				Pré-requisitos
		Total	VU	VR	Ac	
6º	Tópicos Especiais - Agroecologia I ou II	75h	50	20	05	-
7º	Tópicos Especiais - Agroecologia III ou IV	75h	50	20	05	-
8º	Tópicos Especiais - Agroecologia V ou VI	75h	50	20	05	-
	TOTAL	225h	150h	60h	15h	

Legenda: VU - Vivência Universidade; VR - Vivência Realidade-Campo; Ac - Acompanhamento.

*Cada estudante fará pelo menos 03 componentes optativos a serem oferecidos nos 6º, 7º e 8º períodos. O curso vai oferecer em cada período ao menos duas opções dos componentes curriculares acima descritos. Os componentes serão planejados a partir das demandas do processo formativo de cada turma e estarão articulados com o eixo do período. Serão projetados pelos/as docentes em diálogo com os estudantes, a partir das necessidades apontadas pela formação.

15.3 SÍNTESE DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Quadro 12 - Síntese da Carga Horária do Curso

Detalhamento das cargas horárias:	Carga horária	Percentual em relação à Carga horária total do curso
Carga horária total	4140h	100%
Componentes curriculares	3495h	84,42%
Obrigatórios		
Estágio Supervisionado Obrigatório	240h	5,8%
Componentes curriculares Optativos	225h	5,43%
Atividades Acadêmicas		
Complementares	180h	4,35%

16. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA TRAJETÓRIA CURRICULAR



17. EMENTA DOS COMPONENTES CURRICULARES (EIXOS)

EIXO I - <i>Conhecer o etnoagroecossistema a partir das relações entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular</i>
EMENTA
Este eixo tem como objetivo analisar e compreender a complexa relação entre agroecologia, campesinato e educação popular a partir dos seus fundamentos, garantindo o acesso a um conjunto de ferramentas que possibilite a leitura histórica, social, ecológica, técnica, cultural, educativa e estética da realidade, de forma crítica, permitindo a incorporação da corresponsabilidade diante dos avanços e problemáticas para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Possibilitar a realização de um diagnóstico participativo da realidade.
1º PERÍODO
COMPONENTE CURRICULAR: Conhecer o etnoagroecossistema
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação
CARGA HORÁRIA TOTAL: 495h V.UNIV: 295h V. REAL: 165h Ac: 35h
PRÉ-REQUISITOS: ----
CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Abordagem sistêmica da Vida; Agroecologia; Ecossistemas; Relação ciência, construção do conhecimento e natureza; Educação Popular e Cultura; Campesinato, Modos de Vida e Agriculturas; Solos; Movimentos Sociais e Questão Agrária; PICC.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ODUM, Eugene P. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434p.
ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . São Paulo: Expressão Popular, 2012.
LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder . 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 494 p.
PRIMAVESI, Ana. Agricultura sustentável: manual do produtor rural : maior produtividade, maiores lucros, respeito à terra . São Paulo: Nobel, 1992. 142 p.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de; EMBRAPA Informação Tecnológica. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 272 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. 5. ed., 4. reimp. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. 214 p.

STÉDILE, João Pedro, (Org.). A questão agrária no Brasil, 9: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MAZOYER, Marcel. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa, PO: Instituto Piaget, 2001. 520 p.

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. 158 p.

TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. Diagnóstico da biodiversidade de Pernambuco. Recife: Massangana, 2002. 2 v. ISBN 8570193831 (broch.).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 211 p.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 108 p.

Bibliografia eletrônica:

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e pratica em educação popular. Petrópolis, Vozes. 1989 p 65-68. Disponível em <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Adriano-Nogueira-Que-fazer-Teoria-e-pr%C3%A1tica-em-educa%C3%A7%C3%A3o-popular.pdf>

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho de Direitos Humanos. Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre direito à alimentação, Olivier de Schutter. (Caderno Sisan 1/2012). Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno1_sisan2012.pdf

CALDART. Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular. 2004. P. 162-174. Disponível em <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/livro-pedagogia-da-terra-mst.pdf>

SABOURIN, Eric. Será que existem camponeses no Brasil? Anais da 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em https://agritrop.cirad.fr/552678/1/document_552678.pdf

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e consumo. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.8, n.3. ISSN: 1807-491X. pp. 4-8. Disponível em <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

MEIRELLES, Laércio. Sistemas agroalimentares: humanizar é possível. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.8, n.3. pp. 4-8.pp.9-11. Disponível em <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambú, MG. Outubro 1996. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>

SPERRY, Suzana ASSOCIAÇÃO DOS BIBLIOTECARIOS DO DISTRITO FEDERAL. Animação cultural: educação e informação para comunidades rurais. Brasília: ABDF, 1987. 104p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINTO-COELHO, Ricardo Motta. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2006. viii, 252 p. ISBN 8573076291 (enc.).

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R; HARPER, John L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre: Artmed, 2008. 740 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos tópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. iii, 290p

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R; HARPER, John L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre: Artmed, 2008. 740 p.

PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1990. 137p.

LOVATO, Paulo Emilio; SCHMIDT, Wilson. Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local. Chapecó, SC: ARGOS, 2006. 151 p.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular, 2015. 623 p.

SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria Paula - Epistemologias do Sul; São Paulo, Cortez, 2010

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; FONSECA, Flávio Duarte da (Org.). Agroecologia e diálogo de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017. 240 p

LAMARCHE, Hughes. A agricultura familiar: comparação internacional : uma realidade multiforme. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997. 336 p

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; Desde el pensamiento social agrario. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato Brasileiro : ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 1973.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de; Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário. 2. ed. São Paulo: Mack Pesquisa, 2007. 196 p.

Referências eletrônicas

PELOSO, Ranulfo. Aprendendo e ensinando uma nova lição: Educação Popular e Metodologia Popular. Disponível em:<
https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/quintana/educacao_popular_ranulfo_peloso.htm>. Acesso em: 28 out 2021.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Tavares de. GUZMÁN, Eduardo. Sítio Camponês: Um Sistema Ecológico para Produção de Alimentos na Região Canavieira Pernambucana. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2. Disponível em

MOURA, Abdalaziz de. Uma filosofia da educação do campo que faz a diferença para o campo. Recife : Via Design Publicações, 2015. Disponível em
<https://docplayer.com.br/188894341-Uma-filosofia-da-educacao-do-campo-que-faz-a-diferenca-para-o-campo.html>

DAL SOGLIO, Fábio. Princípios e Aplicações da Pesquisa Participativa em Agroecologia.

ASPTA. Relocalizando os sistemas agroalimentares. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em http://aspta.org.br/files/2011/11/Agriculturas_Setembro2011_site.pdf

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Diagnóstico do etnoagroecossistema

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARHA HORÁRIA TOTAL: 495h

V.UNIV: 295h **V. REAL:** 165h **Ac:** 35h

PRÉ-REQUISITOS: Conhecer o etnoagroecossistema

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Modos de apropriação da natureza e racionalidade camponesa; Economias; Ecologia dos ecossistemas; Meio ambiente, sustentabilidade e subjetividade; Naturezas em Movimento; Educação em agroecologia; Investigação-ação participativa; Solos; Plantas; Educação, diversidade e relações étnico-raciais, PICC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 272 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos tópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. iii, 290p

ODUM, Eugene Pleasants. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1988. xi, 434 p.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p

VYGOTSKY, Lev Semenovich, 1896-1934. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 191p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 368p.

TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Org.). Psicologia social: principais temas e vertentes. reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2015. vii, 360 p.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. Introdução à etnobotânica. 2.ed. Rio de Janeiro, 2005.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. Atualidades em etnobiologia e etnoecologia. Recife: Bagação, 2002. 151 p

SIMÕES, Cláudia Maria de Oliveira (Org.). Farmacognosia: do produto natural ao medicamento. reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2019. xv, 486 p.

DIAS, Jaqueline Evangelista e LAUREANO, Lourdes Cardozo (coord.). Farmacopéia Popular do Cerrado. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009 352 p. Disponível em <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2765>

JACOB, Luciana Buainain. Agroecologia na universidade: entre vozes e silenciamentos. Curitiba: Appris, 2016. 207 p.

FERRI, Mário Guimarães; ANDRADE, Maria Amélia Braga de; LAMBERTI, Antonio. Botânica: fisiologia : curso experimental. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1981. 116p.

RAVEN, Peter H; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2007. xxii, 830 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 211 p.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 108 p.

RICKLEFS, Robert E; RELYEA, Rick. A economia da natureza. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2.ed. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1998. 275p.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed., 12. reimpr. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 364 p.

PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2006. 549 p.

LEPSCH, I. F. 19 lições de pedologia. São Paulo: Oficina de textos, 2011. 456 p.

NASCIMENTO, Abdias do; FERNANDES, Florestan; SOYINKA, Wole; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4. ed., 1. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele . Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. 2. reimpr. São Paulo: Global, 2016. 109 p

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 287p

CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.

Referências eletrônicas:

ALMEIDA AGUIAR, Maria Virginia et al. Princípios e diretrizes da educação em Agroecologia. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 11, n. 1, june ... Disponível em <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20800>

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

AGOSTINHO, A. B. (2016). Etnobotânica: conhecimentos tradicional e científico. FLOVET- Boletim do Grupo de Pesquisa da Flora, Vegetação e Etnobotânica, 1(8). [v. 1 n. 8 \(2016\): FLOVET - 2016](#). Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/flovet/article/view/4030>

RANIERI, Guilherme Reis (org). Guia Prático Sobre Plantas Alimentícias Não-Convencionais. Ed. São Paulo, Instituto Kairós, 2017. Disponível em <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2017/08/Cartilha-Guia-Pr%C3%A1tico-de-PANC-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais.pdf>

TARDIN, José. Cultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do

Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. Anais do 1o Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034

MONTEIRO, Gabriela. A coragem de ser trabalhadora rural nordestina: narrativas de mulheres teimosamente viventes. Revista Feminismos. Vol.7, N.3, Set. – Dez. 2019. pp. 140-159 Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42079>.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan et al. Economia camponesa e resistência territorial no Assentamento Chico Mendes – PE/Brasil. Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 14, n. 33, p. 106-128, ago., 2019 Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/48941>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WOLF, Eric Robert. Sociedades camponesas. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976. 150p.

ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. Elementos da natureza e propriedades dos solos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xiv, 685 p.

MOTA, Clarice Novaes da; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de (org.). As muitas faces da Jurema: de espécie botânica à divindade afro-indígena. Recife: Bagaço, 2002. 192 p.

HEIMSTRA, Norman Wesley; MCFARLING, Leslie H. Psicologia ambiental. São Paulo: E.P.U., EDUSP, 1978. 218 p.

ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUTO, Francisco José Bezerra; PERONI, Nivaldo (Org.). Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação. Recife: Nupeea, 2010. 275p.

AMOROZO, Maria Christina de Mello; MING, Lin Chau; SILVA, Sandra Maria Pereira da. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro, SP: UNESP/CNPq, 2002.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, 2012. 421 p.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 150 p

WOLF, Eric Robert. Sociedades camponesas. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976. 150p.

Referências eletrônicas

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

EIXO II - Planejar e agir na transformação do etnoagroecossistema

EMENTA

Este eixo tem como objetivo realizar um planejamento participativo da realidade, identificando as características ecológicas, culturais, políticas, econômicas e sociais dos territórios camponeses, suas formas de vida, luta e resistência. Iniciar o processo de execução do planejamento participativo elaborado com os diferentes atores do território, exercitando a corresponsabilidade e debatendo os princípios éticos necessários para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Registrar, refletir e avaliar o processo de transformação do etnoagroecossistema em curso.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento no etnoagroecossistema

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARHA HORÁRIA TOTAL: 495h

V.UNIV: 295h **V. REAL:** 165h **Ac:** 35h

PRÉ-REQUISITOS: Diagnóstico do etnoagroecossistema

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Agrobiodiversidade; Leitura e análise da sustentabilidade de agroecossistemas; Sistemas Agroalimentares; Convivência com o semiárido; Economia Solidária; Planejamento participativo em campo; Cultura Corporal e Campesinato; Sistemas de produção da agricultura familiar; Animais; Processos grupais e subjetivos em contextos rurais; PICC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Altair Toledo; NASS, Luciano Lourenço; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo (Ed.). Manejo sustentável da agrobiodiversidade nos biomas cerrado e caatinga: com ênfase em comunidades rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 376 p.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p

FUKUOKA, Masanobu. Agricultura natural: teoria e prática da filosofia verde. São Paulo: Nobel, 1995. 300p.

STEINER, Rudolf. Fundamentos da agricultura biodinâmica: vida nova para a terra. 3. ed. São Paulo: 239 p.

INDRIO, Francesco. Agricultura biológica. Mira-Sintra: Europa-América, 1980. 127 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 239 p.

MOREIRA NETO, Mariana. Outro sertão: fronteiras da convivência com o semiárido. Recife: Massangana, 2013. 204 p.

BUSTAMANTE, Yazna; JALFIM, Felipe. Convivendo com o Semi-Árido: manejo de recursos hídricos. Recife: Programa de Apoio á agricultura familiar-PAAF, 2003. 68 p. (Compartilhando experiências; n.1).

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. 317 p.

BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla; FERNANDES, Vanda Maria; CORCIONE, Domenico. Sistematização de experiências da economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização. Brasília: Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES), 2012. 64 p.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 182 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas camponesas no Nordeste. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 64 p.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p. (Primeiros passos; 301).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Novas teorias dos movimentos sociais. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 166 p.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; LANE, Silvia T. Maurer. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 20. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015. 143 p. (Psicologia social).

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1983

Referências eletrônicas:

GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade. Currículo sem fronteiras. v.1, n.1, p.81-95, Jan/Jun 2001. Disponível em <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2001/vol1/no1/4.pdf>

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. estudos avançados 29 (83), 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/nDLDMTRbxWSnHBcQvyPzy6r/?lang=pt>

DUBEUX, Ana et al. “A concepção de economia solidária que orienta nossa ação” in DUBEUX, Ana et al (Org.) A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012. p. 17-38 <https://cepalforja.org/sistem/bvirtual/wp-content/uploads/2020/06/expe-economia-solidaria-brasil.pdf>

LEITE, Jader Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (Orgs.). Psicologia e Contextos Rurais. Natal: EDUFRN, 2013. https://www.researchgate.net/profile/Joao-Macedo/publication/317646743_A_formacao_em_Psicologia_para_a_atuacao_em_contextos_rurais/links/59467fc145851525f899a224/A-formacao-em-Psicologia-para-a-atuacao-em-contextos-rurais.pdf

JALFIM, Felipe Tenório. Agroecologia e agricultura familiar em tempos de globalização: o Caso dos Sistemas Tradicionais de Criação de Aves no Semi-árido Brasileiro. Recife: Ed. do Autor, 2008. Disponível em <https://livrozilla.com/doc/330845/agroecologia-e-agricultura-familiar-em-tempos-de-globaliz...>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HELAL, Ronaldo. O que é sociologia do esporte. São Paulo: Brasiliense, 1990. 79 p. (Coleção primeiros passos ; 235).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Editora Polis.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 127 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 364 p.

DUQUE, Jose Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. 3. ed. Mossoró, RN: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1980. 316 p .

TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Org.). Psicologia social: principais temas e vertentes. reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2015. vii, 360 p.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p.

WILSON, Edward Osborne; PETER, Frances M. Biodiversidade. 3ª impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 657 p.

Referências eletrônicas:

Daniela Lopes Leite [et al.]. Agrobiodiversidade como Base para Sistemas Agrícolas Sustentáveis para a Agricultura Familiar. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2012. (Embrapa Clima Temperado. Documentos). Disponível em <https://cdn.ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/12/Agrobiodiversidade-Embrapa-doct-354.pdf>

MACHADO, A. T., SANTILLI, J., MAGALHÃES, R. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Brasília: 2008. Disponível em <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/123784>

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

4º PERÍODO
COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação
CARHA HORÁRIA TOTAL: 495h V.UNIV: 295h V. REAL: 165h Ac: 35h
PRÉ-REQUISITOS: Planejamento no etnoagroecossistema
CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Redesenho de Etnoagroecossistemas; Metodologias de construção do conhecimento camponês/a; Economia Solidária; Etnoagroecossistemas de produção vegetal e animal; Feminismo; Expressões culturais do campesinato; Alimentação e sociedade, Educação do campo, PICC.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. 5. ed., 4. reimp. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. 214 p.
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 93 p. (O mundo, hoje ; 24).
PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2006. 549 p.
GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p
ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. 317 p.
BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla; FERNANDES, Vanda Maria; CORCIONE, Domenico. Sistematização de experiências da economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de

sistematização. Brasília: Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES), 2012. 64 p.

GUELBER SALES, M. N. Criação de galinhas em sistemas agroecológicos. Vitória, ES: Incaper, 2005. 284 p.

RIBEIRO, Silvio Doria de Almeida. Caprinocultura: criação racional de caprinos. São Paulo: Nobel, 1998. 318p.

ARAÚJO FILHO, João Ambrósio de. Manejo pastoril sustentável da caatinga. Recife: Projeto Dom Helder Câmara, 2013. 195 p.

CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: uma história da alimentação. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 185 p.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p.

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 272 p.

Jalil, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Maria do Socorro de Lima Oliveira. Rede feminismo e agroecologia do Nordeste. Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017.

MOTA, Dalva Maria da, SILIPRANDI, Emma, PACHECO, Maria Emília Lisboa (ed) Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero. – Brasília, DF: Embrapa, 2021.

Referências eletrônicas

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

PETERSEN, Paulo, SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvia Gomes de. Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017. Disponível em https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSSISTEMAS_web.pdf

ELER, Joanir Pereira. Teorias e métodos em melhoramento genético animal: bases do melhoramento genético animal. Pirassununga: Faculdade de Zootecnia e Engenharia de

Alimentos da Universidade de São Paulo, 2017. 239 p. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/162/147/713-1>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 127 p.

CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: uma história da alimentação. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 185

GARUTTI, Valdener. Piscicultura ecológica. São Paulo: UNESP, 2003. 332 p.

Jalfim, Felipe Tenório. Agroecologia e agricultura familiar em tempos de globalização: o Caso dos Sistemas Tradicionais de Criação de Aves no Semi-árido Brasileiro. Recife: Ed. do Autor, 2008

ANDRIGUETTO, José Milton. Nutrição animal. São Paulo: Nobel, 2004. 2 v.

SOUZA, Jacimar Luiz de; RESENDE, Patrícia. Manual de horticultura orgânica. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2003. 560 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SANTOS, Clarice Aparecida dos; INCRA. Educação do campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. 117 p.

CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadoras e educadores na MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 180p

PORTELLA, Ana Paula; Carmen Silva; FERREIRA, Simone. Mulher e trabalho na agricultura familiar. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 2004.

Referências eletrônicas

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

ELER, Joanir Pereira. Teorias e métodos em melhoramento genético animal :seleção. Pirassununga:Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, 2017. 177p. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/163/148/717-1>

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

EIXO III - Agir no etnoagroecossistema a partir da agroecologia, campesinato e educação popular

EMENTA

Este eixo tem como objetivo analisar e compreender a complexa relação entre natureza e sociedade, considerando a especificidade dos territórios camponeses, promovendo o acesso a um conjunto de técnicas e práticas de manejo dos agroecossistemas que, após a leitura da realidade, e identificação participativa de problemas, de forma crítica e criativa, possibilite uma intervenção corresponsável em direção a promoção da soberania e segurança alimentar para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Possibilitar a atuação nos etnoagroecossistemas.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Atuação no Etnoagroecossistema

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 495h

V.UNIV: 295h **V. REAL:** 165h **Ac:** 35h

PRÉ-REQUISITOS: Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Manejo de etnoagroecossistemas; Segurança e soberania alimentar; Processamento e conservação da produção familiar; Processos participativos de melhoramento genético de plantas e animais; Educação e Direitos Humanos; Extensão Rural; PICC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p

ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007. xi, 221 p.

FALCÃO, Luiz Albérico. Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor, 2007. 286 p.

SIMÕES, Claudia Maria de Oliveira (Org.). Farmacognosia: do produto natural ao medicamento. Porto Alegre: Artmed, 2019. xv, 486 p.

BOWMAN, John Christopher. Introdução ao melhoramento genético animal. São Paulo: Pedagógica Universitaria : EDUSP, 1981. 87 p. (Temas de biologia ; 5).

RAMALHO, Magno Antônio Patto; SANTOS, João Bosco dos; PINTO, César Augusto Brasil Pereira; Genética na agropecuária. 3. ed. rev. Lavras, MG: UFLA, 2005. 472 p.

PAIVA, Angela Randolpho, (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2012. 197 p.

CARVALHO, Margarida Mesquita; ALVIM, Maurilio José; CARNEIRO, Jailton da Costa. Sistemas agrofloretais pecuários: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2001. 413p.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 93 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

Referências eletrônicas

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade . Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02840130/file/Camponeses%20do%20Brasil%20Sabourin%202009.pdf>

STEENBOCK, Walter; SEOANE, Carlos Eduardo; FROUFE, Luís Cláudio Maranhão. Agrofloresta, ecologia e sociedade. Curitiba: Kairós, 2013. Disponível em

https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/permacultura/livro_AGROFLORESTA_ECOLOGIA_E_SOCIEDADE.pdf

CORREA NETO Nelson Eduardo; MESSERSCHMIDT, Namastê Maranhão, STEENBOCK, Walter, MONNERAT, Priscila Facina. Agroflorestando o mundo de facção a trator. Cooperfloresta, Barra do Turvo, 2016. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1935293/mod_resource/content/1/agroflorestando-omundo.pdf.

MEDEIROS, Carlos Alberto Barbosa, CARVALHO, Flávio Luiz Carpena, STRASSBURGER, André Samuel. Transição agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade – resultados de atividades. Brasília, DF: Embrapa, 2011. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/65201/1/15775.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2765>

PETERSEN, Paulo, SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017.

DIAS, Jaqueline Evangelista e LAUREANO, Lourdes Cardozo (coord.). Farmacopéia Popular do Cerrado. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009 352 p. Disponível em <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2765>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALCÃO, Luiz Albérico. Educação de surdos: ensaios pedagógicos. Recife: 2012.

FALCÃO, Luiz Albérico. Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. 2. ed., rev. ampl. Recife: Ed. do Autor, 2007. 304 p.

FERNANDES, Eulalia. Surdez e bilinguismo. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

STEENBOCK, Walter; VEZZANI, Fabiane Machado. Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza. Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013. 147 p.

BEDIN, Gilmar Antonio. Cidadania, direitos humanos e equidade. Ijuí, RS: Editora UNIJUI, 2012. 468 p

Referências eletrônicas

FAO/Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Situação mundial dos recursos genéticos animais para agricultura e alimentação – versão resumida. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 42p.

<https://www.fao.org/3/a1260pl/a1260pl.pdf>

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 495h

V.UNIV: 295h

V. REAL: 165h Ac: 35h

PRÉ-REQUISITOS: Atuação no Etnoagroecossistema

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Manejo de etnoagroecossistemas; Usos múltiplos da floresta; Gestão da água nos territórios camponeses; Sistematização de experiências; Gestão de resíduos; Libras; PICC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARROS, Regina Mambeli. Tratado Sobre Resíduos Sólidos - Gestão, Uso e Sustentabilidade. Interciência. 2012.

DOUROJEANNI, Marc J. Arcas à deriva: unidades de conservação do Brasil. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 350 p.

- GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p
- PRIMAVESI, Ana. Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997. 199 p
- PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico de pastagens: em regiões tropicais e subtropicais. São Paulo: Nobel, 1984. 184 p
- TELLES, Dirceu D'Alkmin; COSTA, Regina Helena Pacca Guimarães.; (Coord.) Reúso da água: conceitos, teorias e práticas. 2. ed. São Paulo: Blucher, FAT, 2016. 408 p
- REICHARDT, Klaus. A água em sistemas agrícolas. São Paulo: Ed. Manole, 1990 188 p.
- RICKLEFS, Robert E; RELYEA, Rick. A economia da natureza. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- ROCHA, Carlos Frederico Duarte da. Biologia da conservação: essências. São Carlos, SP: RiMa, 2006. 588 p.
- CARVALHO, Margarida Mesquita; ALVIM, Maurilio José; CARNEIRO, Jailton da Costa. Sistemas agroflorestais pecuários: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2001. 413p.

Referências eletrônicas

- ARAÚJO FILHO, João Ambrósio de Manejo pastoril sustentável da caatinga / João Ambrósio de Araújo Filho. – Recife, PE: Projeto Dom Helder Câmara, 2013. Disponível em <https://repositorio.iica.int/bitstream/11324/4209/1/BVE17099221p.pdf>
- MATHYAS, Alessandra da Mota. Usos de Sistemas Energéticos com Fontes Renováveis em Regiões Isoladas. WWF: Brasília, 2017 Disponível em https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/cartilha_usos_de_sistemas_completa_2.pdf
- PETERSEN, Paulo, SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017. Disponível em https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSSISTEMAS_web.pdf
- SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras Documento Referencial Geral - Versão Final. MDS/FAO: Belo Horizonte, Junho de 2007. Disponível em https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf

SANTIAGO, Fábio (coord.). Manual de implantação e manejo do sistema bioágua familiar: reúso de água cinza doméstica para a produção de alimentos na agricultura familiar do semiárido brasileiro. Caraubas: ATOS, 2015. Disponível em https://bioaguafamiliar.files.wordpress.com/2015/09/manual_bioagua_familiar_2015.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DORST, Jean; FERRI, Mario Guimarães,, (Coord.). Antes que a natureza morra: por uma ecologia política. São Paulo: E. Blücher, Ed. da Univ. de São Paulo, 1973. xvii, 394 p.

FLANNERY, Tim. Os senhores do clima: como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta. Rio de Janeiro: Record, 2007. 388 p

MADALENO, Isabel Maria. A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará. Lisboa, PO: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. xiii, 193 p. (Textos universitários de ciências sociais e humanas).

SILVA, José Maria Cardoso da. Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 382 p

WILSON, Edward Osborne; PETER, Frances M. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 657 p.

Referências eletrônicas

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p. Disponível em <https://www.embrapa.br/agrobiologia/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1079843/agroecologia-principios-e-tecnicas-para-uma-agricultura-organica-sustentavel>

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

OPTATIVO
COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais - Agroecologia I
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação
CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h V.UNIV: 50h V. REAL: 20h Ac: 05h
PRÉ-REQUISITOS: ----
CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Aprofundamento da Atuação no Etnoagroecossistema.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). Agroecologia: conceitos e experiências . Recife: Bagaço, 2006. 256p.
GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.
PRIMAVESI, Ana. Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura . São Paulo: Nobel, 1997. 199 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.
CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade . Brasília, DF: [s.l.], 2009. 210 p.
MATTOS, Luciano (Coord). Marco referencial em agroecologia . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 8573833645 (broch.).
LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). Agroecologia e Movimentos Sociais . Recife: Bagaço, 2011. 272 p.
SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica . 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p.

Referências eletrônicas:

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

OPTATIVO

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais - Agroecologia II

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h

V.UNIV: 50h

V. REAL: 20h

Ac: 05h

PRÉ-REQUISITOS: ----

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Aprofundamento da Atuação no Etnoagroecossistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de ((org.)). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006. 256p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997. 199 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: [s.l.], 2009. 210 p. ISBN 9788560548385 (broch.)

EMBRAPA; MATTOS, Luciano (Coord). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 8573833645 (broch.).

LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Bagaço, 2011. 272 p.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p.

Referências eletrônicas:

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

EIXO IV - Avaliar, analisar e sistematizar a ação no etnoagroecossistema

EMENTA

Este eixo tem como objetivo sistematizar todo o aprendizado realizado a partir da análise da complexa relação entre natureza e sociedade, considerando a leitura da realidade, a especificidade dos territórios camponeses, o conjunto de técnicas e práticas de manejo dos agroecossistemas e a identificação participativa de problemas, de forma crítica e criativa, possibilitando o registro e o avanço da construção do conhecimento agroecológico a partir de uma intervenção corresponsável em direção a promoção da soberania e segurança alimentar para alcançarmos uma sociedade ecologicamente sustentável. Possibilitar a sistematização da experiência vivenciada no curso.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 265h

V.UNIV: 195h

V. REAL: 45h **Ac:** 25h

PRÉ-REQUISITOS: Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Aplicação de metodologias de avaliação e análise da sustentabilidade; Sistematização de experiências; Expressões culturais do campesinato; PICC.
Estágio Curricular Obrigatório I (ESO); Tópicos Especiais - Agroecologia III e IV.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PETERSEN, Paulo, SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira. Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 686 p.

MANO, Eloisa Biasotto,; PACHECO, Élen B. A. V.; BONELLI, Cláudia M. C. Meio ambiente, poluição e reciclagem. 2. ed.; 2ª reimpressão. São Paulo: Blucher, 2016. xiii, 182 p. ENCONTRADO NO SITE

ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p

HOLLIDAY, Oscar Jara Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. Disponível em <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aancias1.pdf>

BERTAZZO, Ivaldo. Cidadão corpo: identidade e autonomia do movimento. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. 117 p.

BARRERA, Paulo. Biodigestores: energia, fertilidade e saneamento para zona rural. São Paulo: Ícone, 1993. 106p. (Coleção Brasil agrícola).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. Sustentabilidad y Manejo De Recursos Naturales: el marco de evaluación MESMIS. México: Mundi-Prensa, 1999. 109p.

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2006. 253 p.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, SESC São Paulo, 2013. 155 p.

GRIPPI, Sidney. Lixo: reciclagem e sua história : guia para as prefeituras brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. x, 166 p.

Referências eletrônicas

ASTIER, Marta; MASERA, Omar R.; GALVÁN-MIYOSHI, Yankuic (Coordenadores). Evaluación de sustentabilidad: un enfoque dinámico y multidimensional. España-Valencia: IMAG IMPRESSIONS, S.L. 200p. 2008. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/319325816_Evaluacion_de_sustentabilidad_Un_enfoque_dinamico_y_multidimensional/link/59a4ab110f7e9b4f7df3803a/download

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

OPTATIVO

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais - Agroecologia III

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h

V.UNIV: 50h

V. REAL: 20h

Ac: 05h

PRÉ-REQUISITOS: ----

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Aprofundamento da Avaliação do Etnoagroecossistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de ((org.)). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006. 256p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997. 199 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: [s.l.], 2009. 210 p. ISBN 9788560548385 (broch.)

EMBRAPA; MATTOS, Luciano (Coord). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 8573833645 (broch.).

LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Bagaço, 2011. 272 p.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p.

Referências eletrônicas:

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

OPTATIVO

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais - Agroecologia IV

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h

V.UNIV: 50h

V. REAL: 20h

Ac: 05h

PRÉ-REQUISITOS: ----

CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Aprofundamento da Avaliação do Etnoagroecossistema.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de ((org.)). Agroecologia: conceitos e experiências . Recife: Bagaço, 2006. 256p.
GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.
PRIMAVESI, Ana. Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura . São Paulo: Nobel, 1997. 199 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.
CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade . Brasília, DF: [s.l.], 2009. 210 p. ISBN 9788560548385 (broch.)
MATTOS, Luciano (Coord). Marco referencial em agroecologia . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 8573833645 (broch.).
LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). Agroecologia e Movimentos Sociais . Recife: Bagaço, 2011. 272 p.
SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica . 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p.
Referências eletrônicas:
Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos e em https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad
Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia
Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. http://aspta.org.br/revista-agriculturas/

ESOBACEP I
COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Obrigatório Agroecologia I
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação
CARGA HORÁRIA TOTAL: 120h V.UNIV: 15h V. REAL: 100h Ac: 05h
PRÉ-REQUISITOS: ----
CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Atividades de estágio curricular obrigatório, desenvolvidas em espaços nos quais se realize a produção do conhecimento agroecológico para promover a ampliação do acervo de experiências profissionais proporcionadas no processo de formação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Bibliografia constante nos demais componentes curriculares, de acordo com a área de estágio escolhida pelo estudante.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Bibliografia constante nos demais componentes curriculares, de acordo com a área de estágio escolhida pelo estudante. Referências eletrônicas: Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos e em https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. http://aspta.org.br/revista-agriculturas/

8º PERÍODO
COMPONENTE CURRICULAR: Sistematização no Etnoagroecossistema
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação
CARGA HORÁRIA TOTAL: 260h V.UNIV: 190h V. REAL: 45h Ac: 25h
PRÉ-REQUISITOS: Avaliação e sistematização no Etnoagroecossistema
CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Seminários de reflexão dos Projetos Interdisciplinares de Construção do Conhecimento (PICCs); Sistematização de experiências; Diálogos sobre Agroecologia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo . Porto Alegre: Sulina, 3ª. Edição, 2007
SANTOS, Boaventura de Souza. Um Discurso sobre as Ciências . Porto: História e ideias, 1987.
Referências eletrônicas
FUMAGALLI, D.; SANTOS, João M. P. dos; BASUALDO, Maria. E. (Orgs.). O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000. Disponível em https://cepalforja.org/sistem/bvirtual/wp-content/uploads/2013/11/o-que-e-sistematizacao-uma-pergunta-diversas-respostas.pdf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores . 3ª. rev.. e ampliada, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000.
SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2002.
SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

Referências eletrônicas

HOLLIDAY, O. JARA. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view>

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

OPTATIVO

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais - Agroecologia V

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h

V.UNIV: 50h

V. REAL: 20h

AV: 05h

PRÉ-REQUISITOS: ----

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Aprofundamento da Avaliação no Etnoagroecossistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006. 256p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997. 199 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, DF: [s.l.], 2009. 210 p.

MATTOS, Luciano (Coord). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 8573833645 (broch.).

LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Bagaço, 2011. 272 p.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p.

Referências eletrônicas:

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

OPTATIVO

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais - Agroecologia VI

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h

V.UNIV: 50h

V. REAL: 20h

AV: 05h

PRÉ-REQUISITOS: ----

CO-REQUISITOS: ----

SEMESTRE DE APLICAÇÃO:

Conteúdos

Aprofundamento da Sistematização no Etnoagroecossistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de ((org.)). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006. 256p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997. 199 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: [s.l.], 2009. 210 p. ISBN 9788560548385 (broch.)

EMBRAPA; MATTOS, Luciano (Coord). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 8573833645 (broch.).

LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Bagaço, 2011. 272 p.

SAUER, Sérgio (Org.); BALESTRO, Moisés Villamil (Org.) (Org). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p.

Referências eletrônicas:

Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> e em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad>

Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia>

Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>

ESOBACEP II
COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Obrigatório Agroecologia II
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: Educação
CARGA HORÁRIA TOTAL: 120h V.UNIV: 15h V. REAL: 100h AV: 05h
PRÉ-REQUISITOS: ----
CO-REQUISITOS: ----
SEMESTRE DE APLICAÇÃO:
Conteúdos
Atividades de estágio curricular obrigatório, desenvolvidas em espaços nos quais se realize a produção do conhecimento agroecológico para promover a ampliação do acervo de experiências profissionais proporcionadas no processo de formação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Bibliografia constante nos demais componentes curriculares, de acordo com a área de estágio escolhida pelo estudante.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Bibliografia constante nos demais componentes curriculares, de acordo com a área de estágio escolhida pelo estudante. Referências eletrônicas: Revista Cadernos de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos e em https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad Revista Brasileira de Agroecologia. Vários números. ABA-Agroecologia. Disponível em https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia Revista Agriculturas. Vários números. ASPTA. http://aspta.org.br/revista-agriculturas/

18. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Desde 2004, a UFRPE mantém uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) responsável por elaborar e desenvolver, conjuntamente com a comunidade acadêmica e a Administração Superior, uma proposta de autoavaliação institucional, coordenando e articulando os processos internos da avaliação da Universidade, de acordo com princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/MEC).

A CPA da UFRPE é composta por cinco representantes do corpo docente (um como coordenador), cinco representantes dos técnico-administrativos (um como vice coordenador), quatro representantes do corpo discente e quatro representantes da sociedade civil organizada, levando em consideração a ideia de construção participativa da autoavaliação, com representação dos segmentos da comunidade acadêmica.

O objetivo geral da CPA da UFRPE é desenvolver um processo contínuo de autoavaliação institucional, transformando-o em um instrumento de autoconhecimento que possibilite a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão no cumprimento de sua missão e responsabilidade social. Especificamente, a CPA pretende estimular o desenvolvimento da cultura de autoavaliação continuada e participativa entre os/as que fazem a UFRPE, por meio da permanente sensibilização da comunidade acadêmica; identificar pontos fortes, fracos e potencialidades da instituição no que concernem as dimensões avaliadas e a missão da UFRPE, apontando caminhos para melhoria das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária; criar/implementar/gerenciar sistemas de informações, promovendo o levantamento contínuo de dados acerca das dez dimensões instituídas pelo SINAES e prestar contas à sociedade (comunidade acadêmica e sociedade civil) das ações desenvolvidas pela CPA.

Ao final de cada semestre, o/a estudante em fase de conclusão de curso, será disponibilizado um questionário de avaliação, buscando identificar a inserção profissional dos/as egressos/as e a participação deles/as na vida da Instituição.

Ao final do primeiro ano do ciclo avaliativo, um relatório parcial é produzido a partir da análise e discussão dos dados do questionário docente, do questionário de turma, do/a egresso/a. As dez dimensões elencadas serão contempladas de forma integral, a partir

do estudo dos documentos oficiais produzidos pelos diversos órgãos que compõem a Universidade, destacando-se os relatórios de gestão.

No segundo ano, além dos instrumentos de avaliação permanente, é aplicado um Relatório Geral a ser respondido por toda comunidade acadêmica (professores/as, estudantes e técnicos/as), contemplando de forma detalhada as dez dimensões, de forma a permitir a avaliação de todos os órgãos e setores que compõem a Instituição.

As avaliações internas realizadas pela CPA são publicadas no Boletim CPA/UFRPE e auxiliarão a coordenação do curso, o Colegiado de Coordenação Didática (CCD), o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Conselho Consultivo a manterem o Projeto Pedagógico do Curso em permanente análise, para que possa ser adequado às necessidades da realidade social.

Outra forma de avaliação se dá nas Semanas de Culminância, com calendário planejado semestralmente, onde será realizado o acompanhamento permanente do andamento do curso de forma integrada entre docentes, discentes e parceiros. Cada encontro semestral de avaliação será planejado de acordo com metodologias diversas (formulários, atividades participativas, entre outras) e será gerado um extrato dos principais pontos para ficar como registro e poder ser utilizado em conjunto com os dados institucionais para aprimoramento do curso.

Além disso, o curso conta com um Conselho Consultivo, que inclui os/as parceiros/as da sociedade civil e é um importante espaço para analisar a articulação do curso com a realidade local.

19. INCENTIVO AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA DA UFRPE

A pesquisa nos cursos de graduação da UFRPE é incentivada, principalmente, pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRPE), que tradicionalmente tem sido apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas que conta também com o suporte financeiro da UFRPE no custeio de bolsas com recursos da própria Universidade. Além disso, docentes

da UFRPE podem concorrer a cotas de bolsas de iniciação científica que são concedidas anualmente pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

Outra ação de incentivo à pesquisa importante é o Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIC), criado pela UFRPE, onde são concedidas cotas de orientação aos(as) docentes/pesquisadores(as) sem concessão de bolsas aos discentes. Trata-se de uma ação que amplia a formação de discentes/pesquisadores/as na instituição.

A UFRPE também incentiva a pesquisa dirigida ao desenvolvimento tecnológico e de processos de inovação por meio do programa de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI). Essa modalidade de pesquisa pretende formar recursos humanos dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país e com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua região.

Especificamente no Bacharelado em Agroecologia da UFRPE teremos o Projeto Interdisciplinar de Construção do Conhecimento (PICC) que será construído pelo/a estudante em diálogo com um/a professor/a orientador/a desde o primeiro semestre, contemplando ações de ensino, pesquisa e/ou extensão a que o/a estudante tiver interesse, aprofundando temáticas específicas, contextualizando conhecimentos e fomentando capacidades particulares.

Além disso, tendo em vista o compromisso da UFRPE com uma formação de qualidade, que garanta o acesso aos bens culturais – materiais e imateriais – produzidos pela humanidade, o curso garante em todo o percurso formativo, atividades culturais, artísticas e de construção do conhecimento.

Para isso, prevê em sua matriz curricular, conteúdos ligados as atividades humanísticas e culturais, de forma articulada com todas as demais temáticas, com objetivo de contribuir na formação integral dos/as estudantes. Além disso, prevê a realização de Mostras de Arte e Cultura e fomenta o uso de linguagens artísticas nas produções semestrais a serem apresentadas nas Semanas de Culminância.

20. FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DO CURSO

20.1. ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO

As atribuições da coordenação de curso estão previstas e regulamentadas no Artigo nº54 do Estatuto e no Regimento Geral da Graduação (Resolução CEPE/UFRPE Nº 526/2022), entre as quais destacamos:

I - supervisionar o funcionamento e zelar pela qualidade do curso;

II - acompanhar as atividades de matrícula, de estágio e de trabalho de conclusão de curso;

III - avaliar as atividades autônomas desenvolvidas pelo(a)s discentes, assessorada por uma comissão caso julgue necessário, e validá-las;

IV - avaliar o aproveitamento de componentes curriculares solicitado pelo(a)s discentes, a partir de, caso necessário, parecer emitido por docentes com conhecimento específico nas áreas dos componentes curriculares em questão, e validá-los;

V - no caso dos(as) coordenadores(as) de curso da sede, participar das reuniões da Câmara de Ensino de Graduação e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE);

VI - atender o corpo discente, docente e a comunidade externa sobre aspectos relacionados ao curso, bem como orientá-lo;

VII - convocar as reuniões do Colegiado de Coordenação Didática (CCD), e dos órgãos consultivos do curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) e presidi-las; e

VIII - representar o CCD junto ao CGCD da Unidade Acadêmica.

A Coordenação de Curso é constituída pelo/a Coordenador/a e pelo/a Vice-Coordenação (Substituto/a Eventual) que trabalham juntamente com a secretaria na organização administrativo-pedagógica do curso. A composição da coordenação é

indicada por meio de consulta pública/eleição realizada junto ao corpo docente, discente e técnico-administrativo do curso. Cada gestão tem duração de dois anos e elabora uma proposta de atuação para o período. Ao final de cada gestão, a coordenação apresenta seu relatório de atuação que será debatido nas instâncias do curso.

20.2. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE do Curso de Agroecologia é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e por finalidade sua atualização e revitalização, sendo regulado pela Resolução nº 65/2011 da UFRPE. É formado por no mínimo 5 professores/as pertencentes ao corpo docente do curso, inclusive o/a coordenador/a (membro nato) devendo ser renovado a cada 2 anos.

O NDE se reúne ordinariamente duas (2) vezes por semestre e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias, para realizar as atividades de acompanhamento pedagógico do curso. Ele é responsável pela realização de seminários temáticos e pelo acompanhamento do Conselho Consultivo, com a participação de estudantes e parceiros/as da sociedade civil que estão presentes no curso.

20.3. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD)

O Colegiado de Coordenação Didática (CCD) é constituído pela coordenação do curso, professores/as representantes dos departamentos acadêmicos que ministram aulas no curso e pela representação estudantil. A quantidade de representantes de cada departamento acadêmico no CCD é atribuída em função da quantidade de disciplinas que cada departamento ministra no curso. Assim sendo, para cada 5 disciplinas ou fração o departamento tem direito a um representante (Art. 54 e 55, do Estatuto da UFRPE).

Diante das especificidades do curso, possibilitamos a todos os cursos, mesmo com menor carga horária, a representação no CCD para contribuir com a comunicação do curso com os diversos departamentos.

São realizadas duas (2) reuniões ordinárias por ano do CCD, sendo uma (1) por semestre, e tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias e convocadas pela coordenação do curso. As reuniões são chamadas através de convocatória própria dirigida aos representantes dos Departamentos.

20.4. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO

Com o objetivo de garantir uma participação ativa dos representantes das entidades da sociedade civil parceiras do curso, foi criado o Conselho Consultivo do Curso de Bacharelado em Agroecologia.

O Conselho terá duas (2) reuniões ordinárias por ano, sendo uma (1) por semestre, e tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias, convocadas pela coordenação do curso.

Seu objetivo é garantir o andamento articulado do curso com as demandas da sociedade, especialmente aquelas ligadas à agricultura familiar, tendo em vista a especificidade do perfil de ingresso do curso.

Entre as suas atividades, estão: divulgação e mobilização para o curso; organização das atividades de imersão; parceria no acompanhamento das atividades de vivência realidade/campo; parcerias para realização de estágios (obrigatórios e não-obrigatórios), entre outras a serem sistematizadas durante seu funcionamento.

21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O PPC do curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE está em sintonia com o PPI e com o PDI da UFRPE. O PPI integra o PDI UFRPE 2021-2030 e congrega as diretrizes quanto aos diferentes aspectos que constituem a Universidade. Estes documentos apresentam o funcionamento atual da Instituição e propõem estratégias a serem seguidas no futuro, servindo de orientação para as ações em todas as áreas, no ensino, na pesquisa, na extensão e na própria gestão da universidade. A estrutura e as diretrizes para construção do PDI passaram a ser definidas pelo Decreto nº 9.235/2017.

Neste contexto, as diretrizes das políticas institucionais no âmbito do ensino, pesquisa e extensão preconizadas no PPI e com as quais o curso dialoga de forma mais estreita, são:

I. Interação e organicidade entre as modalidades de ensino presencial e a distância

No curso de Agroecologia da UFRPE, as modalidades de ensino presencial e a distância não são concebidas de forma dicotômica, mas complementares em um mesmo planejamento didático e em relação de interdependência com o regime de alternância que garante o enraizamento na realidade.

II. Políticas de permanência nos cursos de graduação

III. Elevação da taxa de sucesso, com ações de combate à evasão e ao abandono

IV. Política de acompanhamento do estudante egresso

No curso de Agroecologia da UFRPE a metodologia foi desenvolvida no sentido de articular de forma permanente a relação entre Universidade-Sociedade, de forma que os/as estudantes atuem em suas realidades e promovam a melhoria de suas comunidades. Dessa forma, com o regime de alternância previsto no curso, o processo de ensino-aprendizagem se torna mais significativo e fortalece a permanência dos/as estudantes no curso.

Além disso, em nível institucional, os programas da UFRPE, descritos na seção 24, oferecem suporte ao estudante no que tange aos mais variados aspectos, desde alimentação até bolsas de manutenção acadêmica e iniciação à pesquisa, além do estímulo a atividades de extensão. O acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico do aluno também será objeto de atenção, de modo a identificar, antecipadamente, demandas por um apoio pedagógico e/ou psicológico mais próximo. Tal acompanhamento ocorrerá por meio da COAA bem como por meio de auto avaliações periódicas no âmbito do curso. No caso do estudante egresso, o curso estabelecerá articulações com a Coordenação de Egressos (CAME-UFRPE), de modo a fomentar formações, encontros e trocas de experiências com os egressos do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE. A partir da

primeira turma formada, o curso utilizará os relatórios da CAME em seu processo de autoavaliação e planejamento.

V. Promoção de estratégias que levem ao avanço nos indicadores de qualidade dos cursos de graduação.

VI. Formação continuada dos docentes a partir das necessidades de suas áreas específicas de formação e didático-pedagógicas.

VII. Oferta de formação continuada a técnico-administrativos, tutores e coordenadores de curso.

A qualidade é peça chave no curso aqui apresentado para evidenciar a importância das inovações propostas. Diante disso, o curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE irá fortalecer os diversos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação. Neste sentido, ocupam papel central as instâncias presentes no curso, como:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) (seção 20.1) responsável por todo o acompanhamento do curso, inclusive o desenvolvimento de atividades de formação continuada para docentes, técnicos/as e demais componentes da equipe pedagógica.

O Conselho Consultivo (seção 20.3) responsável por garantir uma relação Universidade-Sociedade articulada e sólida, permitindo de forma contínua a percepção sobre o curso para fora dos muros da instituição, assim como um processo de corresponsabilidade com seu desenvolvimento, com fortalecimento da divulgação e mobilização social.

Além disso, será garantido um permanente diálogo com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA-UFRPE, seção 18) e outras instâncias institucionais que realizam o acompanhamento dos cursos de graduação.

VIII. Estímulo à produção científica e tecnológica.

IX Fomento à construção e à socialização de tecnologias, incluindo as sociais, a fim de promover a sustentabilidade de comunidades localizadas na zona rural do estado.

X. Promoção da extensão como processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, integrando as várias áreas do conhecimento e aproximando diferentes sujeitos sociais com vistas à construção de uma sociedade igualitária e justa.

O curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE tem entre seus objetivos específicos: “Formar profissionais-educadores/as com domínio sobre tecnologias e técnicas sustentáveis que contribuam para a ressignificação da relação sociedade/natureza nos diversos territórios” (seção 6.2), de forma que as tecnologias são um elemento essencial da formação, presentes em todos os eixos do curso, para conhecer, planejar, atuar e avaliar as transformações no etnoagroecossistema. Por se tratar de um curso de Agroecologia, as várias tecnologias prezam pela sustentabilidade, em seu sentido mais complexo, envolvendo as diferentes dimensões da realidade e a construção de valores que promovam a Vida, a Diversidade, a Complexidade e a Transformação (SNEA/ABA, 2013).

Em consonância com isso, o foco na área rural e nos sujeitos do campo perpassa todo o curso, estando garantida não apenas em seu conteúdo, mas na metodologia do regime por alternância (seção 11.1) que busca uma proposta de organização do tempo pedagógico em consonância com a organização do tempo de trabalho no meio rural, assim como os requisitos de ingresso (seção 10) que promovem o acesso aos povos do campo ao curso.

Todo o curso está amparado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207, da Constituição Federal), sendo a extensão garantida de forma imbricada com o ensino e a pesquisa, a partir da forte interdependência Universidade-Sociedade existente no curso. Assim, as diversas atividades orientadas na realidade/campo, as imersões nos territórios, as Semanas de Culminâncias, entre outros, constituem-se em espaços de promoção da extensão como processo educativo-cultural-científico e articulador das diferentes áreas do conhecimento.

XI. Reforço das ações de promoção dos valores democráticos, da justiça social e da liberdade, de garantia de direitos sociais e individuais e do combate a toda forma de discriminação – étnica, de gênero, geracional, social, sexual, religiosa, entre outras.

XII. Compromisso com a educação de qualidade, inclusiva e acessível a todos/as.

Todo o esforço empreendido pelo curso de Agroecologia da UFRPE está focado na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alicerçada em valores de cuidado com a Terra, com as pessoas e com as relações. Neste sentido, as discussões presentes ao longo de todo o curso fortalecem o combate a toda forma de discriminação, estando presentes entre as temáticas da: Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais, Educação e Direitos Humanos, Ética Ambiental, entre muitas outras. Desse modo, podemos dizer que a formação de profissionais-educadores/as comprometidos/as com a transformação do etnoagroecossistema é um fundamento basilar desta graduação.

Por fim, todo o aparato institucional disponível para garantir uma educação inclusiva será colocado em ação ao longo do curso (seção 22).

22. ACESSIBILIDADE

No interesse de potencializar ações institucionais de acessibilidade, a Universidade Federal Rural de Pernambuco instituiu o Núcleo de Acessibilidade da UFRPE (NACES) através da Resolução N° 090/2013 e da Resolução N° 172/2013, que apresenta o Regimento Interno do NACES/UFRPE. O Núcleo de Acessibilidade foi implantado com o objetivo de propor, desenvolver e promover ações de acessibilidade para atendimento de demandas das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no sentido da remoção de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais existentes em nosso ambiente acadêmico. Com a sua implantação, o NACES-UFRPE passou a integrar uma rede de Núcleos de Acessibilidade, fomentada nas Instituições Federais de Ensino Superior por meio do “Programa Incluir: acessibilidade na educação superior”.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, o Núcleo de Acessibilidade está diretamente subordinado à Reitoria e tem articulação com os Setores de Acessibilidade implantados nas Unidades Acadêmicas fora do campus Sede - Dois Irmãos/Recife. Além disso, o NACES/UFRPE conta com a Comissão de Acessibilidade, composta por representantes de diversos setores da UFRPE e pelo segmento dos usuários dos serviços de acessibilidade em nossa instituição. A Comissão de Acessibilidade tem como principal

tarefa a proposição de uma política institucional de acessibilidade em nossa IFES, além de atuar no acompanhamento das ações e assessorar a Coordenação do Núcleo de Acessibilidade.

Com significativa atuação na identificação de demandas e na proposição e dinamização de ações institucionais de acessibilidade em nossa IFES, o Núcleo de Acessibilidade da UFRPE mantém articulação permanente com diversos setores da Instituição para apresentação de demandas e proposição de ações de acessibilidade nas áreas física-arquitetônica, pedagógica, atitudinal e de comunicação e informação.

O NACES conta com um laboratório de acessibilidade, situado na Biblioteca Central, espaço dotado de tecnologias assistivas, onde é realizada a adaptação dos materiais para discentes com deficiência visual. O Laboratório de Acessibilidade objetiva fomentar a inclusão da comunidade universitária; promover a áudio descrição de material didático e eventos oficiais; trabalhar em parceria com docentes visando uma maior contribuição aos discentes com deficiência, promover apoio didático, conforme necessidades específicas e disponibilidade de equipamentos e recursos humanos; e fornecer consultoria em acessibilidade à comunidade e aperfeiçoar agentes multiplicadores para a inclusão dentro e fora da universidade.

Através dos recursos disponibilizados pelo “Programa Incluir”, nos anos de 2016 e 2017, o NACES articulou a aquisição de diversos itens de tecnologias assistivas, materiais de apoio e recursos de acessibilidade para atendimento de discentes com necessidades educacionais especiais – NEE. Atualmente, existem na UFRPE as seguintes tecnologias assistivas, recursos e materiais de apoio: impressoras braille, linhas braille, scanners com voz, scanners leitores digitais, lupas eletrônicas, softwares especiais, mouses adaptados, sorobans, regletes, teclados adaptados, guias assinatura, lupas manuais e calculadoras sonoras.

Uma das atividades permanentes desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade, em parceria com os Setores de Acessibilidade das Unidades Acadêmicas, é a realização mapeamento do público-alvo das ações de acessibilidade em nossa instituição, incluindo pessoas com deficiência (física, auditiva/surdez, visual/cegueira e intelectual), pessoas com mobilidade reduzida e discentes com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou outras necessidades educacionais especiais. A atualização

do mapeamento dos discentes ocorre por demanda espontânea ou busca ativa através das Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e pelo sistema de matrícula utilizado por nossa Universidade (SIGAA). No caso da identificação de docentes e técnicos, além da demanda espontânea, ocorre busca ativa no sistema de gestão SIAPE.

Além do desenvolvimento de outras atividades, o NACES/UFRPE oferece o Serviço de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para atendimento da comunidade surda, usuária da Libras, e o Serviço de Orientação Pedagógica, voltado aos discentes e docentes. É importante destacar que o serviço de orientação/atendimento pedagógico vem sendo realizado por profissional de pedagogia que identifica as necessidades educacionais específicas dos/das estudantes, elabora o Plano de Atendimento Educacional Especializado contendo os recursos didáticos necessários que eliminem as barreiras pedagógicas existentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como realiza orientações educacionais específicas aos/as professores/as e estudantes sobre as adaptações curriculares necessárias ao atendimento das necessidades educacionais. Caso seja necessário, outros profissionais específicos passam a integrar o atendimento, como por exemplo, os tradutores intérpretes de Libras.

22.1. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

O Núcleo de Acessibilidade da UFRPE mantém articulação permanente com diversos setores da Instituição para apresentação de demandas e proposição de ações de acessibilidade nas áreas física-arquitetônica, pedagógica, atitudinal e de comunicação e informação. No campo das ações de adaptação física, o NACES/UFRPE repassa as informações do mapeamento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para o Núcleo de Engenharia de nossa Instituição, bem como articula com o referido setor ações de atendimento de demandas que chegam ao NACES e/ou são identificadas em nossa Universidade.

A UFRPE, através de seu Núcleo de Engenharia (NEMAM), realizou amplo diagnóstico de acessibilidade física da Sede/UFRPE e Unidades Acadêmicas, além da execução de diversas obras para adaptação de construções e espaços já existentes em

nossa Instituição, com colocação de vagas especiais em estacionamentos, piso tátil, plataformas elevatórias, banheiros adaptados, rebaixamento de balcões e construção de rampas. O estudo diagnóstico passou a nortear a proposição de melhorias, adaptações e intervenções em edificações antigas e, neste sentido, diversos projetos foram elaborados e aguardam recursos orçamentários para execução. Os novos projetos construtivos atendem os requisitos de acessibilidade física.

22.2. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

No que diz respeito ao atendimento dos/as estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Núcleo de Acessibilidade, ao identificar o caso, encaminha para atendimento e acompanhamento pedagógico. Assim como ocorre com outros casos de discentes com necessidades educacionais especiais, a profissional de pedagogia identifica as necessidades educacionais específicas do/a estudante com TEA, elabora o Plano de Atendimento Educacional Especializado contendo os recursos didáticos necessários que eliminem as barreiras pedagógicas existentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como realiza orientações educacionais específicas aos/as professores/as e estudantes sobre as adaptações curriculares necessárias ao atendimento das necessidades educacionais do discente.

Considerando as especificidades do autismo, a pedagoga ainda colabora na orientação do planejamento de ensino e de propostas avaliativas desenvolvidas pelos/as professores/as junto aos demais discentes. Atua também em parceria com profissionais de psicologia e serviço social, com lotação no Departamento de Qualidade de Vida-SUGEP/UFRPE, além de contar com a parceria e apoio dos familiares quando o caso necessita deste tipo de procedimento.

Com o objetivo de difundir informações e promover a sensibilização da comunidade universitária, o Núcleo de Acessibilidade vem estruturando um ciclo de campanhas em torno de temas relacionados às pessoas com deficiência e, em especial, às pessoas com transtorno do espectro autista. Além disso, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG, o NACES vem articulando a realização de seminários

temáticos e cursos de formação docente para abordagem e discussão das referidas questões.

23. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)

Com o desenvolvimento das mais variadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), os processos educativos vem incorporando em seu cotidiano o uso dessas ferramentas como forma de potencializar as ações educativas. Frente a este cenário, a UFRPE tem disponibilizado o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-UFRPE) com o intento de estimular o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e oferecer suporte ao ensino presencial. O ambiente encontra-se organizado em diferentes áreas de trabalho permitindo que os/as professores/as e estudantes possam criar cursos, gerenciá-los e participar de maneira cooperativa na execução de trabalhos, tarefas, pesquisas e projetos.

No curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE, as TICs têm papel importante, sendo utilizadas como ferramentas para o Acompanhamento dos/as estudantes, com previsão de carga horária específica por semestre. Ao longo do processo do curso diversas ferramentas podem ser utilizadas:

- Plataforma AVA disponibilizada pela UFRPE;
- Google Classroom (Google Sala de Aula) - utilizado a partir da migração dos emails dos docentes;
- Google Meet - utilizado para realização de videoconferências por turma ou em grupos territoriais, além de reuniões organizativas de/com estudantes, docentes, parceiros e gestores possibilitando a participação das pessoas de diferentes territórios;
- Redes sociais e blogs – diversos docentes se utilizam do facebook e/ou de blogs para potencializar o processo de ensino-aprendizagem e de comunicação das turmas;
- Grupos de whatsapp – atualmente, o whatsapp é uma ferramenta muito utilizada por discentes e docentes para manter o diálogo;
- E-mail – o e-mail é utilizado de forma permanente para envio de informações e convocação de reuniões;

- Laboratório de informática – espaço utilizado para aulas interativas onde os/as estudantes realizam pesquisas em tempo real e produzem documentos de forma compartilhada e interativa;

- Radioweb Agroecologia – a UFRPE conta com uma radioweb, a Radioweb Agroecologia, vinculada ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato do Departamento de Educação. A rádio web será utilizada pelo curso, tanto pelo seu conteúdo, diretamente relacionado a área de estudo, quanto pela sua condição de ferramenta de comunicação e difusão de informações. Os estudantes terão oportunidade de aprender a construir Podcasts que serão disponibilizados na rádio.

Outras ferramentas serão incluídas ao longo do desenvolvimento do curso.

24. APOIO AO DISCENTE

Os/as estudantes do curso de Bacharelado em Agroecologia serão apoiados pelas políticas de apoio estudantil da UFRPE, coordenadas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGEST) e outras políticas gerais, tais como:

- Programa de Apoio ao Ingressante (PAI) : Resolução 023/2017 – atende as necessidades dos/das discentes recém ingressantes da UFRPE, com renda per capita familiar incluída nas classes C, D e E;
- Programa de Apoio ao Discente (PAD): Resolução 021/2017 CEPE - atende as necessidades dos/das discentes matriculados/as em cursos de graduação da UFRPE, com renda per capita familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo;
- Programa de Apoio a Gestantes (PAG): Resolução 112/2014 CEPE - atende as necessidades das discentes matriculadas em cursos de graduação da UFRPE, com renda per capita familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e Atende as necessidades dos/das discentes matriculados/as em cursos de graduação da UFRPE, com renda per capita familiar igual ou inferior a 1,5, e que tenham filho no período da graduação;
- Auxílio Moradia: Resolução 062/2012 CEPE - concede auxílio moradia para discentes de graduação da UFRPE;

- Auxílio Recepção/Hospedagem: Resolução 081/2013 do CEPE – concede auxílio recepção/hospedagem a discentes provenientes dos programas de Cooperação Internacional;
- Ajuda de Custo: Resolução 188/2012 - concede ajuda de custo para os discentes de graduação da UFRPE para participação em eventos científicos;
- Ajuda de Custo Jogos Estudantis: Resolução 184/2007 – concede ajuda de custo para discente de graduação da UFRPE para participação em jogos estudantis, regionais e nacionais;
- Auxílio Manutenção: Resolução 027/2017 – concede Auxílio de Manutenção de discentes de graduação da UFRPE;
- Programa de promoção ao Esporte: Resolução 109/2016 do CEPE - programa de promoção ao Esporte através da concessão de Auxílio Atleta para discentes de cursos de graduação;
- Restaurante Universitário: parte integrante dos Programas de Assistência ao discente e tem como valores: qualidade, valorização profissional, comprometimento e responsabilidade social. O seu principal objetivo é atender com qualidade, oferecer refeições a preços reduzidos aos discentes regularmente matriculados na UFRPE e proporcionar aos funcionários que compõem a equipe do restaurante um bom ambiente de trabalho.
- Plantão psicológico de atendimento ao discente: destina ao atendimento das urgências e funciona, também, como porta de entrada para o Serviço de Atendimento Psicoterápico em Caráter Sistemático.
- Acompanhamento pedagógico para discentes: destina ao atendimento aos universitários que demandam esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e orientação profissional com forte enfoque preventivo.

A coordenação das ações de incentivo à vivência acadêmica de estudantes da graduação é compartilhada com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). Os principais programas vinculados à PREG são:

- Monitoria: Objetiva incentivar estudantes que apresentem rendimento escolar satisfatório e demonstrem interesse e aptidão pela carreira acadêmica,

assegurando a cooperação do corpo discente ao corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão,

- Programa de Educação Tutorial: Destinado a estudantes que demonstrem potencial, interesse e habilidade destacados no curso, o PET objetiva a formação integral de discentes de graduação envolvido(a)s direta ou indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todo(a)s o(a)s participantes e a melhoria dos cursos de graduação.
- Programa de Vivência Interdisciplinar: Objetiva adquirir e aprimorar habilidades e competências essenciais para o desenvolvimento de atividades profissionais.
- Bolsa de Iniciação Acadêmica: Objetiva favorecer a adaptação à vida universitária, por meio de ajuda financeira a discentes em seu primeiro ano do curso que sejam egresso(a)s de escolas públicas da rede estadual de Pernambuco.
- Programa de Mobilidade Acadêmica: Tem como objetivo possibilitar ao(à) discente de graduação cursar, por até três períodos, componentes curriculares em outra IFES no mesmo curso ao qual está vinculado(a) na instituição de origem.
- Programa de Estudantes- Convênio de Graduação: Conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes. Tem como objetivos a formação e a qualificação de estudantes estrangeiro(a)s por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em IES brasileiras.

Além disso, o curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE possuirá uma Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) com o objetivo de acompanhar e orientar os/as estudantes em situação de insuficiência de rendimento. A COAA é integrada pelo/a Coordenador/a do Curso, 3 (três) Professores/as e 1 (um/a) estudante, indicados pela Coordenação e homologada pelo Colegiado de Coordenação Didática (CCD).

A COAA terá as seguintes atribuições: acompanhar os/as reprovados/as por três vezes na mesma disciplina; emitir parecer circunstanciado sobre rendimento acadêmico insuficiente e prazo de integralização curricular, após entrevista com os/as estudantes e/ou apreciação de suas justificativas por escrito; apreciar os requerimentos de dilação de

prazo, devidamente instruídos para justificar casos e situações especiais dos/as estudantes que não conseguirão concluir o curso dentro do prazo legal; propor a oferta de disciplinas em período especial, para recuperação pedagógica dos/as estudantes; exercer, no período anterior à matrícula, a orientação pedagógica dos/as estudantes, objetivando a melhoria do seu desempenho nas atividades didáticas do curso, determinando o máximo de disciplinas permitidas, observados os pré-requisitos e a compatibilidade horária; motivar o/a estudante aluno sobre sua futura profissão, indicando as áreas de diversificação profissional e aconselhando-o/a na escolha das Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares.

25. INFRAESTRUTURA DO CURSO

O curso de Bacharelado em Agroecologia estará lotado fisicamente no Departamento de Educação (Blocos A e B), onde está localizada a coordenação e o apoio didático. No entanto, tendo em vista seu caráter interdisciplinar e seu funcionamento modular, as atividades didáticas acontecerão em diversos espaços da UFRPE, tanto na sede em Dois Irmãos, como em outras unidades acadêmicas e campi avançados.

A coordenação do curso estará localizada no térreo do Bloco A do Departamento de Educação, possuindo uma sala conjugada, com mobiliário para escritório e reunião; com quatro (4) computadores; dois (2) ar condicionados; internet e uma biblioteca setorial.

No Departamento de Educação serão utilizadas oito (8) salas de aulas, localizadas no Bloco B, que estão distribuídas no térreo, primeiro e segundo andar. Todas as salas são equipadas com carteiras, mesas de professores/as, quadro branco, equipamentos audiovisuais e ar condicionado.

Serão utilizadas, também, salas de aula do CEGOE (Centro de Ensino de Graduação) e CEAGRI (Centro de Estudos de Agricultura). Todos/as os/as professores/as terão acesso a gabinete, sendo alguns individuais e outros coletivos.

O curso conta com um Laboratório de Informática, localizado no térreo do Bloco A do Departamento de Educação, devidamente equipado.

O curso conta também com um Laboratório Vivo (ao ar livre) que fica localizado em frente a ADUFERPE.

Quadro 13 - Detalhamento dos recursos de infraestrutura do curso

Recursos da infraestrutura	Descrição	Anotações e Mudanças previstas
Salas de aula com data-show	# Bloco B do Departamento de Educação: Todas as salas de aula são equipadas com datashow e estão localizadas no Bloco B do Departamento de Educação;	Algumas aulas serão em salas de aulas de outros departamentos da UFRPE.
Laboratório de informática	O Departamento de Educação conta com um Laboratório de Informática em pleno funcionamento, com horários disponíveis para uso dos estudantes do Bacharelado em Agroecologia, com 18 computadores para os/as estudantes e 01 para o/a professor/a; com 2 ar condicionados;	
Sala audiovisual com televisor, vídeo, computador e data-show	O Bloco B do Departamento de Educação tem 09 salas de audiovisual; A Universidade conta com sala de audiovisual no prédio vizinho (CEGOE/UFRPE), que pode ser usada pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.	
Salas de Estudo	O Bloco B do Departamento de Educação conta com 2 espaços de estudo, equipados com mesas e cadeiras;	
Gabinetes de professores	O Departamento de Educação conta com uma sala coletiva de professores, equipada com computador, internet e impressora, no Bloco A.	
Biblioteca Central e Setorial	A UFRPE conta com uma biblioteca central com acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE constituído por cerca de 230.000 volumes, podendo ser consultado pelo Catálogo Online do Pergamum; Horário de funcionamento: 8h às 21h. Recentemente, inaugurou a Biblioteca Setorial Professor Manuel Correia de Andrade (BSMCA), com uma área construída de aproximadamente 2600 metros quadrados, distribuídos numa estrutura moderna,	

	contemporânea e multiuso. O espaço conta com dois salões de leitura, sala de estudo em grupo, cabines de estudo individual, sala de projeção, um auditório para 96 lugares, espaços para a realização de eventos, um mirante e um acervo de mais de 30 mil exemplares.	
Sala de eventos	O curso conta com uma sala de aula grande (90 m ²) (Sala 6B do Bloco B do Departamento de Educação), que pode ser utilizada para eventos do curso. A Universidade conta com auditórios (Por exemplo, auditório do CEGOE de 100 lugares, e auditório da PROEXT de 120 lugares e; CEAGRI II com 130 lugares) e salas de eventos em outros prédios que podem ser utilizadas pelo curso;	
Banheiros múltiplos	O Bloco B do Departamento de Educação, onde constam as salas de aula do curso, tem dois banheiros masculinos e dois femininos, sendo um por andar e um banheiro unissex, no térreo.	
Espaço de convivência	Área verde ao lado do Bloco A do Departamento de Educação, equipado com mesas e cadeiras.	
Xerox	No Bloco A do Departamento de Educação tem sala de fotocópia privada, para atender aos estudantes do Curso.	
Apoio didático	O Departamento de Educação conta com Apoio Didático, responsável pela administração dos prédios, do controle acadêmico (declarações, planos de ensino, etc). A Coordenação do curso conta com Apoio Didático relativo à distribuição de material didático e equipamentos.	

O curso de Bacharelado em Agroecologia possui sua proposta pedagógica transdisciplinar por meio de eixos temáticos que perpassam diversos departamentos da UFRPE, por isso vamos utilizar a infraestrutura de diferentes departamentos:

Departamento de Química

- ✓ **Nutrição Mineral** – utilizado para identificação da composição de macro e micronutrientes encontrados na planta. Bem como, identificar a deficiência e acúmulo destes nutrientes nas folhas, caules e raízes. Neste espaço serão realizadas as preparações de todos os reagentes que vão ser utilizadas nas aulas do laboratório de sobre nutrição mineral.
- ✓ **Bioquímica Vegetal** – Identifica carboidratos, proteína, fibras, lipídeos, dentre outras análises. Encontramos neste os seguintes equipamentos: o espectrofotômetro responsável em dosar carboidratos, fenóis e outras substâncias. O Fotômetro de Chama responsável em fazer análise de sódio e potássio e o Destilador de Nitrogênio, determina teor de proteína total.
- ✓ **Química Aplicada a Fitoterápicos** – este espaço servirá de suporte para identificação, plantio, armazenamento e produção de fitoterápicos (xampu, loções, sabonetes, xaropes, chás, pomadas etc). Com a utilização do rotaevaporador, podemos produzir extratos das plantas, e conjuntamente com hidroddestilador, produzir óleos essenciais.
- ✓ **Laboratório de Ensino (geral)** – conhecer os equipamentos de laboratório, vidraria, soluções e aulas práticas serão realizadas neste espaço. Neste laboratório esta a balança analítica, os moinhos, o extrator de Soxhlet, Estufa de Circulação de ar que são equipamentos utilizados nas aulas práticas.
- ✓ **Laboratórios vivos** – a Área de Química Agrícola é uma área que dialoga diretamente com as práticas da agricultura urbana sendo esta dividida em dois espaços: 1. Farmácia Viva (telado) – área que apresenta uma variedade de plantas medicinais, alimentícias e alimentícias não convencionais introduzidas pelos estudantes em atividades participativas e trocas de saberes nas atividades de graduação; 2. Casa de Vegetação: onde será realizada a produção de mudas e sementeiras para acompanhamento de desenvolvimento de alimento e plantas medicinais nas atividades de análise de macro e micronutrientes. Toda a produção orgânica tem a prática de base agroecológica.

Departamento de Zootecnia

- ✓ **Campo de forragens** – Identificar as gramíneas e leguminosas utilizadas na alimentação animal, ou ainda no caso das leguminosas, rica fonte de nitrogênio para o solo. Conhecer as diferentes fases de desenvolvimento das plantas e relacionar em algumas, de acordo com a fase o potencial de Proteína versus Fibras.
- ✓ **Setor de Caprinos, Suínos, Ovinos, Aves** – Conhecer o manejo nutricional, reprodutivo, sanitário, infraestrutura (número de animais por área, composteira, localização), relação animal e agroecossistema.
- ✓ **Laboratório de Aquicultura** – Análise água e identificar o nível de saturação; Identificar e separar água com restos de fezes dos peixes, reaproveitando para irrigação da pastagem. Análise do solo.

Departamento de Biologia:

- ✓ **Laboratório Interdisciplinar de Anfíbios e Repteis** – Comparar e conhecer os organismos com a flora, agroecossistema, Verificar os vestígios de grupos populacionais da flora e fauna; comparação de peças anatômicas.
- ✓ **Laboratório de Entomologia** – Atividades desenvolvidas com uso de microscópios e lupas, na identificação e caracterização de espécies da coleção de insetos.
- ✓ **Laboratório de Zoologia** - Atividades desenvolvidas com uso de microscópios e lupas, na identificação e caracterização de espécies da coleção didática pedagógica.

Departamento de Agronomia

- ✓ **Laboratório de Pedologia e Geologia** – Conhecer e identificar os diferentes tipos de rochas.
- ✓ **Museu de Monolítico** – Conhecer e identificar as diferentes camadas de solo, bem como compreender o processo de formação do solo.

Além disso, serão utilizadas as estações experimentais da UFRPE.

- ✓ Estação Experimental de Pequenos Animais de Carpina (EEPAC)
- ✓ Estação de Agricultura Irrigada de Ibimirim (EAI - Ibimirim) Estação de Agricultura Irrigada de Parnamirim (EAIP)
- ✓ Estação Ecológica do Tapacurá

26. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ma. Virginia de A. **Significados de uma Formação Humanística na Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE**: Diálogos com os Princípios da Educação em Agroecologia. Cadernos de Agroecologia. Anais do II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, em Seropédica, RJ, em 25 a 27 de outubro de 2016. (no prelo).

AGUIAR, M. V. A. Educação em Agroecologia - que formação para a sustentabilidade? **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.7, nº4, p.4-6, dez/2010.

BALLA, João Vitor Quintas; MASSUKADO, Luciana Miyoko; PIMENTEL, Vania Costa. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 9, n. 2, sep. 2014. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15589>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2018

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **BRASIL AGROECOLÓGICO**. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf> Acesso em: 10 nov. 2017.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. (Eds.Tecs.) Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF: EMBRAPA CERRADOS, 2008. p.895-929.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. 2ª ed. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2005.

DINIZ, Paulo C. O. e FERRAZ, Bruna T. **Concepção de docência e desafios para a formação do educador**: (re)pensando as ciências agrícolas no contexto da educação do campo. In: MACEDO, G. & CARVALHO, M. E. G. (org.) Educação escolar do campo e direitos humanos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010. p. 163 a 186

EURÍSTENES, Poema; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2015). **Levantamento das políticas de ação afirmativa** (GEMAA), IESP-UERJ, dezembro, 2016, pp. 1-25.

FIGUEIREDO, Marcos A. B. & LIMA, Jorge R. Tavares de. Apresentação. In FIGUEIREDO, Marcos A. B. & LIMA, Jorge R. Tavares de (org.). **Agroecologia. Conceitos e Experiências**. Recife: Ed. Bagaço, 2006. p.7-11.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

LIMA, Jorge Tavares. **Caminhos percorridos. Caminhos a percorrer. 50 anos do Departamento de Educação da UFRPE.** UFRPE/DED, [2015]. (no prelo).

MELO, L. E. H. de. et al. **De alveitares a veterinários:** notas históricas sobre a medicina animal e a Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento de Olinda, Pernambuco (1912-1926). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan.-mar. 2010, p. 107-123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17n1/07.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2018.

MITRE, Sandra Minardi.et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde:** debates atuais. *Ciência & saúde coletiva*. vol.13, suplemento 2, Rio de Janeiro, dezembro de 2008.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In. PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar Pinheiro de (Org.) **O pensar complexo:** Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos.** Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7ª Edição. 4ª reimpressão. São Paulo: Érica, 2007. 195p.

PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação Popular na América Latina:** diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2013/12/vol4americalatina.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, **Novos Estudos Cebrap 79**, novembro (71-94). São Paulo. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n.2, p. 46-71, São Paulo, maio/ago, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf> Acesso em: 31.01.2017.

SANTOS, M. **Território e Dinheiro.** In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEO-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

SILVA, Jansen Felipe. Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora. In: SILVA, Jansen Felipe; HOFFMAN, Jussara; ESTABAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas:** em diferentes áreas do currículo. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SNA/ABA. **Princípios e diretrizes da educação em agroecologia.** Recife: ABA-Agroecologia, 2013.

SOUSA, Romier da Paixão. AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 38, n. 140, p. 631-648, jul. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000300631&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SOUZA, Osvaldo Martins Furtado de. **Coisas e fatos de nosso mundo rural**. Recife: UFRPE, CODAI; Associação dos Amigos da Rural, 2000.

Vilaça, Mônica e Dubeux, Ana. A pedagogia da autogestão na experiência do CFES-NE. In: Medeiros, Alzira et al. - Economia Solidária, Educação Popular e Pedagogia da Autogestão: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste, Olinda: MXM Gráf. e Ed., 2018.